



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - Bairro CIDADE JARDIM - CEP 30380000 - Belo Horizonte - MG

EDITAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

AMPLA CONCORRÊNCIA

SEI Nº 0012386-78.2025.6.13.8000

PREGÃO ELETRÔNICO: 90052/2026

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 26/06/2026 às 14h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado

REGIME DE EXECUÇÃO: empreitada por preço global

VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$708.352,80 (setecentos e oito mil, trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos)

Torna-se público que a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, UASG 070014 com sede na Av. Prudente de Moraes, nº 100, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.940.740/0001-21, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação dos serviços de motoristas, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às demandas de mobilidade institucional do TRE-MG durante o período eleitoral de 2026, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação na fase correspondente no momento da habilitação.

2.7. **Não poderão disputar esta licitação:**

- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.6. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.7. agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 2.7.8. as sociedades cooperativas, devido ao objeto desta licitação enquadrar-se naqueles elencados na Cláusula Primeira do Termo de Conciliação Judicial celebrado entre o Ministério Público do Trabalho - MPT e a Advocacia Geral da União - AGU (processo 01082-2002.020.10.00.0), em 06/06/2003, homologado judicialmente na 20ª Vara do Trabalho no Distrito Federal, que veda a contratação de trabalhador, pela União, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demanda execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços. Referido Termo de Conciliação, com o advento da Lei nº 14.133/2021, teve sua validade referendada por meio do Comunicado nº 04/2023 da Secretaria de Gestão e Inovação.
- 2.7.9. microempreendedor individual (MEI), tendo em vista tratar-se o certame de modalidade de cessão de mão de obra nos termos do art. 112, *caput* e §§ 1º ao 4º da Resolução CGSN nº 140, de 2018.
- 2.8. O impedimento de que trata o subitem 2.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A vedação de que trata o subitem 2.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 3.1. **Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos legais, o que o tornará apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [arts 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

3.5. A falsidade da declaração de que tratam os subitens 3.3 e 3.4 sujeitará os licitantes às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. **Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo** quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem anterior possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e

interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.14. Para fins de elaboração de preços para a presente contratação, deverão ser observadas as disposições contidas na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho ou equivalente, em vigor, observada a base territorial, a qual deverá ser indicada pelas licitantes, e, caso necessário, a critério do(a) Pregoeiro(a) encaminhada através da opção **"Enviar/Anexo" do site www.compras.gov.br, ressalvado o disposto nos subitens 12.13 e 12.13.1.**

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, contendo as seguintes informações:

4.1.1. preço global para a prestação dos serviços, apresentado em moeda corrente no país, devendo estar inclusos todos os impostos, taxas, seguro e demais encargos, considerando-se o somatório dos postos de trabalho (subitem 5.1.2 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital) e o período total de contratação (82 dias, caso haja 2º Turno das Eleições). **Deverão estar incluídas as horas-extras indicadas no Termo de Referência (subitem 5.1.11).**

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações de acordo com os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação. Caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais poderá solicitar a prorrogação geral da validade por, no máximo, igual período.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 4.11. O descumprimento das regras contidas neste título, por parte dos licitantes, poderá ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição Federal](#), e pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico **o modo de disputa "aberto e fechado"**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.1. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. **Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no compras.gov.br.**

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Encerrada a etapa de lance, será efetivada, de forma automática, junto à Receita Federal, a verificação do porte das entidades empresariais participantes do processo licitatório. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#), observadas as disposições do Decreto nº 11.430/2023 e Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382 de 17 de setembro de 2025, com relação às ações de equidade de gênero e ainda as disposições do Decreto nº 12.304/2024 e Portaria Normativa SE/CGU nº 226 de 9 de setembro de 2025, com relação ao desenvolvimento de programa de integridade.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta reformulada assinada**, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos abaixo, por meio da opção "Enviar/Anexo" do site www.gov.br/compras/pt-br:

- a. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- b. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial.

Parágrafo Primeiro - Em caso de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por

órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, a licitante sujeitar-se-á às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Segundo - A licitante é exclusivamente responsável pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

Parágrafo Terceiro - Fica estabelecida a aderência à convenção coletiva do trabalho à qual a proposta da empresa esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Quarto - Constitui motivo para extinção do contrato, nos termos do art. 137, inc. I, da Lei 14.133/2021, com a consequente realização de novo processo licitatório, a situação que se impõe à contratada a alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulta a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Pública, em cumprimento de decisão judicial.

5.21.5. A proposta reformulada deverá conter as informações abaixo:

- a. razão social do proponente, número de inscrição no CNPJ, endereço completo, número do telefone, número do celular do representante, e-mail, número da conta bancária, número e nome da agência e do respectivo banco;
- b. especificação do(s) serviço(s) ofertado(s), incluindo todas as suas características;
- c. os prazos exigidos no Termo de Referência;
- d. valores mensal e total do(s) serviço(s), em algarismos e por extenso, prevalecendo o último em caso de divergência;
- e. **planilha(s) de formação de preços**, com os respectivos valores readequados ao preço/lance vencedor, conforme modelo(s) constante(s) no Anexo II deste edital, indicando ou, caso solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), encaminhando cópia do(s) acordo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que rege(m) a(s) categoria(s) profissional(is) vinculada(s) à execução do serviço, observado o disposto no subitem 12.13 deste edital;
- f. prazo de validade da proposta, nos termos do subitem 4.9.

Parágrafo primeiro: A proposta que omitir os prazos mencionados acima não será desclassificada, mas considerada de acordo com os mesmos.

Parágrafo segundo: É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido no subitem 5.21.4, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21.6. **O licitante melhor classificado, em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá encaminhar, juntamente com a proposta reformulada, declaração de observância do limite disposto no § 2º, do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.**

5.22. O licitante deverá atentar para que, no momento da aceitação da proposta, caso o(s) valor(es) unitário(s) que originou(aram) o preço total proposto contenha(m) mais de duas casas após a vírgula, AS CASAS DECIMAIS EXCEDENTES SERÃO DESCONSIDERADAS PELO(A) PREGOEIRO(A), AINDA QUE SEJA REDUZIDO O PREÇO TOTAL DO ITEM, sendo esta alteração considerada uma negociação.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.24. O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

6. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no subitem 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU. (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7710998594823:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, em obediência ao [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.2.1 e 3.4 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. São indícios de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprovem:

- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, dentre outros, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. **Habilitação jurídica**

7.1.1. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.2. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

7.1.3. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.4. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.1.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

7.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;

7.3.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.3.3. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

7.3.4. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração

contábil digital, extraídos do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante os seguintes critérios, cumulativamente:

- índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;
- patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

7.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nas mesmas condições formais exigidas (assinaturas, registro, etc.). Para habilitação, tais empresas deverão comprovar o capital social mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

7.3.6. Caso a empresa esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverá apresentar a seguinte documentação:

- Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
- Balanço Patrimonial "Escrituração Contábil Digital - ECD", nos termos do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 2.003, de 18 de janeiro de 2021;
- Demonstrativo de Resultado do Exercício.

7.3.7. As microempresas e as empresas de pequeno porte estão dispensadas do balanço patrimonial apenas para fins fiscais. Assim, para a presente licitação, é OBRIGATÓRIA a apresentação desta peça, dispensando-se apenas a publicação e a sua transcrição no livro diário.

7.4. Qualificação Técnica

7.4.1. Um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em favor da empresa licitante, que comprove(m) a prestação de serviços de **gestão de mão de obra**, por período não inferior a **3 (três) anos**.

- A licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;
- Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;
- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

- A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, ficando a apresentação dos aludidos documentos a critério do(a) Pregoeiro(a).

7.5. No caso de participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. No caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10%(dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.7. Os documentos apresentados pelos licitantes poderão, se necessário, ser apresentados em original ou cópia simples.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. **O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.12.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

- 7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.13.1. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a).**
- 7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.15. As microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição em sua comprovação da **regularidade fiscal ou trabalhista**, quando classificada em primeiro lugar, terá prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão do(a) Pregoeiro(a) que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.16. A critério do(a) Pregoeiro(a) e desde que tenha sido requerido pela licitante, o prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período.
- 7.17. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 7.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.17.2. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação do pregoeiro, para:**
- 7.17.3. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.17.4. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- Parágrafo Único: O(a) pregoeiro(a) poderá, em sede de diligência, solicitar a inclusão de documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante quando apresentou sua proposta e não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha.
- 7.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.
- 7.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. Qualquer licitante poderá, no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando, findo o prazo, a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 8.2. A apresentação das razões pela recorrente será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 8.3. A apresentação de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 8.4. Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no §1º, inciso II, do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 8.6. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com a Seção de licitações - SELIC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (31) 3307-1288, (31)3307-1925 ou (31) 3307-1130.
- 8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que:
- 9.1.1. deixar de encaminhar a documentação solicitada pelo Pregoeiro, exigida no instrumento convocatório, no prazo nele fixado;
 - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 9.1.2.1. deixar de encaminhar a proposta reformulada solicitada pelo Pregoeiro, no prazo fixado no instrumento convocatório;
 - 9.1.2.2. solicitar a desclassificação da proposta.
 - 9.1.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou documento equivalente ou, ainda, não entregar a documentação exigida para a contratação no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da solicitação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa em qualquer etapa do processo de contratação.
 - 9.1.5. fraudar a licitação.
 - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
 - 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. multa;
 - 9.2.2. impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto.
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
 - 9.3.6. O custo/benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para a infração prevista no subitem 9.1.1 a multa será de 0,5% a 1% do valor do contrato licitado;
 - 9.4.2. Para a infração prevista no subitem 9.1.2 a multa será de 0,5% a 2,0% do valor do contrato licitado;
 - 9.4.3. Para a infração prevista no subitem 9.1.3 a multa será de 10% do valor do contrato licitado;
 - 9.4.4. Para a infração prevista no subitem 9.1.4 a multa será de 15% do valor do contrato licitado;
 - 9.4.5. Para a infração prevista no subitem 9.1.5 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;

- 9.4.6. Para a infração prevista no subitem 9.1.6 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;
- 9.4.7. Para a infração prevista no subitem 9.1.7 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;
- 9.4.8. Para a infração prevista no subitem 9.1.8 a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, caso prevista, nos termos do §5º do art. 90 da Lei 14.133/2021.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 9.15. Deverão ser observadas, ainda, as penalidades descritas na Cláusula Dezessete do Contrato.

9.16. O valor da multa poderá ser descontado dos créditos do licitante ou contratado porventura existentes em razão de quaisquer contratos firmados, ou da garantia depositada, caso prevista, após regular procedimento administrativo, podendo haver a retenção cautelar até o limite do valor da multa abstratamente cominada.

10. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#) ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo fazê-lo exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: licitar@tre-mg.jus.br, até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimento, bem como as respectivas respostas, serão divulgadas em sítio eletrônico oficial no Portal de Compras do Governo Federal no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

10.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.5. Os pedidos de esclarecimento ou impugnação encaminhados via e-mail **deverão ter seu recebimento confirmado pelos telefones** (31) 3307-1288, (31)3307-1925 ou (31) 3307-1130.

11. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A despesa com a presente licitação correrá à conta de créditos orçamentários, na seguinte classificação:

11.1.1. ELEMENTO: 3390.37.01 – Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional

11.1.2. U.O.: 14.113

11.1.3. PTRES.: 167864

11.1.4. PROGRAMA DE TRABALHO: 02.061.0033.4269.0001 - [Pleitos Eleitorais](#)

11.1.5. LEI: LOA: 15.346/2026

12. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

- 12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em qualquer caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.8. O resultado da presente licitação será publicado na página do TRE/MG na internet, no seguinte endereço: <http://www.tre-mg.jus.br>.
- 12.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1>.
- 12.10. Nos termos do art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para fins de execução do objeto licitado, o TRE/MG poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais/preposto(a) da licitante vencedora, inclusive para publicação nos portais acima referidos, bem como para fins de assinatura eletrônica do instrumento contratual.
- 12.11. Nos termos do art. 2º, V, parágrafo único, da Resolução nº 1236/2022-TREMG, a licitante vencedora deverá instruir seus profissionais acerca da ciência e responsabilidade em relação ao código de ética instituído.
- 12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.12.1. ANEXO I - Termo de Referência e seu anexos (I e II);
- 12.12.2. ANEXO II – Modelo de Planilha de Formação de Preços;
- 12.12.3. ANEXO III - Minuta de Contrato e seu anexo.
- 12.13. Para fins de estimativa, foi utilizada a Convenção Coletiva firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS URBANO, SEMIURBANO, METROPOLITANO, RODOVIARIO, INTERMUNICIPAL, INTERESTAD, em vigor no ano de 2025 (MG001242/2025).
- 12.13.1. Adotada Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre os Sindicatos acima referidos, dever-se-á observar também a vigência mencionada, ainda que exista nova CCT homologada na data de abertura da licitação, a fim de assegurar isonomia entre as licitantes, ressaltando-se à(s) licitante(s) vencedora(s) a faculdade de solicitar(em) a repactuação do valor do contrato, quando da assinatura do instrumento contratual.
- 12.14. Por força do disposto no inciso I do art. 109 da Constituição Federal o foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes da presente licitação.
- 12.15. Outros esclarecimentos sobre a presente licitação poderão ser obtidos, de segunda a sexta-feira, das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, pelos telefones: (31) 3307-1288 ou (31) 3307-1920.

Belo Horizonte, 11 de junho de 2026

HELENO RIBEIRO DE MELO OLIVEIRA
Secretário de Gestão Administrativa

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

OBS: Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Termo de Referência, prevalecerão estas.

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, com alocação exclusiva de mão de obra de MOTORISTAS, para atender às demandas de mobilidade institucional do TRE-MG durante o período eleitoral de 2026, conforme especificações, quantidades, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência (TR) e seus Anexos.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 04 (quatro meses), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Por se tratar de contratação temporária o serviço não é enquadrado como contínuo.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos nos artefatos, por meio de especificações usuais de mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

2.1. Durante o período eleitoral, observa-se, historicamente, um incremento expressivo e recorrente da demanda por deslocamentos institucionais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Esse aumento decorre da intensificação das atividades típicas do ciclo eleitoral, que englobam:

- inspeções e vistorias em Zonas Eleitorais;
- diligências administrativas e judiciais;
- ações de fiscalização e apoio logístico;
- transporte eventual de servidores, magistrados e colaboradores;
- atendimentos emergenciais relacionados à mobilidade institucional.

Trata-se de cenário amplamente documentado em eleições anteriores e que, por sua natureza, excede a rotina operacional ordinária do Tribunal.

2.1.1. Insuficiência da estrutura atualmente disponível

A estrutura de transportes existente — composta pela frota oficial e pela organização interna das escalas de deslocamento — é suficiente para suprir as demandas regulares ao longo dos períodos não eleitorais.

Entretanto, entre os meses de agosto e novembro, quando se concentram as atividades eleitorais, verifica-se um salto significativo na quantidade de solicitações dirigidas à Seção de Transportes (SETRA), tornando inviável o atendimento integral das necessidades institucionais apenas com os recursos ordinários.

2.1.2. Evidências objetivas do aumento da demanda

O comportamento dos chamados registrados no Sistema SOS demonstra de forma concreta a diferença entre anos eleitorais e não eleitorais, evidenciando a pressão adicional sobre a logística de transportes:

Número de chamados registrados – Sistema SOS

(Período: 15/08 a 06/11 de cada ano)

Ano	Situação eleitoral	Chamados registrados	Crescimento
2021	Não eleitoral	485	–

2022	Eleitoral	1.460	301%
2023	Não eleitoral	695	–
2024	Eleitoral	1.178	169%

Esses números representam apenas os chamados oficialmente direcionados à SETRA, não refletindo os deslocamentos executados por motoristas ou veículos temporariamente alocados junto às unidades durante pleitos anteriores. Há, portanto, subnotificação, reforçando a constatação de insuficiência estrutural no período eleitoral.

2.1.3. Amplitude territorial e demanda populacional

O TRE-MG atende áreas urbanas densamente povoadas, entre as quais se destacam:

- Belo Horizonte – 1.941.644 eleitores ativos (05/03/2026)
- Betim – 296.219 eleitores ativos (idem)
- Contagem – 455.899 eleitores ativos (idem)

A magnitude do eleitorado, somada à necessidade de presença territorial ampliada das equipes eleitorais, impõe exigências logísticas superiores à capacidade atual da frota institucional, que isoladamente não consegue absorver o volume adicional de deslocamentos.

2.1.4. Enquadramento jurídico e aderência aos princípios administrativos

I – A atividade objeto da contratação indireta **não integra** o quadro de cargos efetivos do TRE-MG;

II – Enquadra-se nas hipóteses do art. 3º, IV, do Decreto nº 9.507/2018, conforme Parecer AJUC nº 6795521;

III – A contratação observa o princípio da eficiência (art. 37, caput, da CRFB), ao assegurar apoio especializado essencial ao processo eleitoral;

IV – A necessidade é suplementar, episódica e intensificada no período eleitoral;

V – A execução indireta envolve atividades instrumentais e de suporte, não se confundindo com atribuições dos servidores efetivos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Prestação dos serviços

3.1.1. Prestação de serviços, por meio de postos de trabalho, com alocação exclusiva de mão de obra de motoristas, enquadrados na categoria profissional CBO-7823 - 05, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), para condução de veículos automotores de até 7 (sete) lugares utilizados transporte de pessoas e objetos em locais indicados pelo Contratante, nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte e ocasionalmente colar metropolitano de Belo Horizonte.

3.1.2. A quantidade de motoristas será de 31 (trinta e um) profissionais, sendo escalonados da seguinte forma:

3.1.2.1. 18 (dezoito) colaboradores no 1º (primeiro) dia de execução contratual até o 28º dia.

3.1.2.2. doravante, mais 13 (treze) motoristas, no 29º dia de execução contratual até o termo do contrato .

3.2. Em função das atividades do contratante, a prestação dos serviços poderá ocorrer de segunda a sexta-feira, sábados, domingos e feriados, sempre respeitando as disposições e os limites legais.

3.3. Principais atividades a serem realizadas pelos colaboradores:

3.3.1. Condução de autoridades do CONTRATANTE ;

3.3.2. Condução de servidores e pessoal a serviço do CONTRATANTE;

3.3.3. Transporte de bens e materiais de uso da Administração do CONTRATANTE.

3.4. Postos de trabalho

3.4.1. Os postos de trabalho serão ocupados por motoristas que devem estar regularmente habilitados por órgão de trânsito competente a conduzirem veículos automotores e devem ter Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida na categoria "B" ou superior.

3.4.2. Os motoristas devem ter, no mínimo, 6 (seis) meses de experiência profissional em condução de veículos automotores compatível com CNH na categoria "B," ou superior, a ser comprovada por meio de registro em carteira de trabalho, contrato de trabalho ou declaração do empregador (em papel timbrado, com indicação do CNPJ, período trabalhado e descrição das funções exercidas), além de estarem em situação regular perante o **órgão executivo de trânsito competente**, sem vinculação a Unidade Federativa específica.

Justificativa

A exigência de que os motoristas possuam experiência profissional mínima de 06 (seis) meses, compatível com a categoria B ou superior, devidamente comprovada, decorre da natureza do objeto, que envolve a condução de veículos e demanda conhecimento prático e rigoroso das normas de trânsito e encontra-se em consonância com o disposto no art. 442-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

Tal requisito visa assegurar a execução segura e eficiente dos serviços, mitigar riscos de acidentes, danos ao patrimônio público e interrupções contratuais, estando pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sem caracterizar restrição indevida à competitividade, uma vez que o prazo exigido é moderado e a forma de comprovação é ampla e flexível.

3.4.3. O salário mensal a ser pago aos empregados da contratada alocados na prestação dos serviços será proporcional às horas trabalhadas, observando-se o que dispuser a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e a Convenção Coletiva de Trabalho - CCT que estiver em vigor, consoante a proposta apresentada no certame.

3.5. Egressos do sistema prisional

3.5.1. A opção pela não utilização de mão de obra composta por egressos do sistema prisional decorre de análise objetiva do contexto específico da contratação, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, amplamente reconhecidos pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

3.5.2. Os serviços a serem executados envolvem acesso a informações sensíveis, necessidade de observância estrita ao sigilo institucional e circulação em ambientes de acesso controlado, sendo certo que determinados postos de trabalho demandam contato direto e frequente com autoridades do Poder Judiciário, tais como Desembargadores, Juízes, bem como com unidades estratégicas do Tribunal, incluindo Presidência e Corregedoria.

3.5.3. Nesse contexto específico, a vedação considera-se medida excepcional, pontual e devidamente motivada, limitada às condições concretas de execução do objeto contratual, não se tratando de restrição genérica ou desproporcional à competitividade do certame. A decisão busca, portanto, resguardar a segurança institucional, a confiança administrativa e o interesse público, de forma adequada e necessária, à luz das particularidades do serviço.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Critérios de sustentabilidade

Em atendimento às diretrizes de sustentabilidade previstas na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), no Plano de Logística Sustentável do TRE-MG e nas Instruções Normativas da Secretaria de Gestão e Inovação do Governo Federal - SEGES aplicáveis, a CONTRATADA deverá observar práticas compatíveis com a natureza dos serviços de condução de veículos, desde que tais exigências não comprometam a competitividade do certame.

Assim, a CONTRATADA deverá:

4.1.1. Adotar práticas de condução racional, orientando os empregados a evitar acelerações e frenagens bruscas, reduzir o tempo de marcha-lenta sempre que possível, desligar o veículo em períodos prolongados de espera e observar limites de velocidade, a fim de contribuir para menor emissão de gases poluentes e consumo mais eficiente de combustível;

4.1.2. Colaborar com ações do CONTRATANTE voltadas à redução de consumo de energia, água e insumos, especialmente no interior das dependências administrativas onde os motoristas iniciem ou encerrem suas atividades, estimulando práticas de uso consciente e evitando desperdícios;

4.1.3. Observar as rotinas previstas no Programa de Coleta Seletiva do Tribunal, orientando os empregados a realizar o descarte adequado de resíduos sólidos, bem como a manter a limpeza dos ambientes onde aguardarem ordens de serviço;

4.1.4. Utilizar uniformes confeccionados preferencialmente com tecidos de menor impacto ambiental (por exemplo, fibras com percentual de material reciclado ou algodão de cultivo sustentável), desde que disponíveis no mercado a preço compatível e sem prejuízo da competição entre licitantes;

4.1.5. Garantir o uso responsável dos veículos, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE qualquer anomalia identificada pelos motoristas (ruídos incomuns, sinais de falha, luzes de advertência no painel, pneus descalibrados etc.), colaborando para manutenção preventiva e evitando riscos operacionais e ambientais;

4.1.6. Orientar os empregados a respeitar as normas de higiene, saúde e segurança, especialmente no que concerne ao uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual eventualmente exigidos, à limpeza dos veículos utilizados e ao cumprimento das normas internas do CONTRATANTE;

4.1.7. Informar aos empregados as diretrizes institucionais de responsabilidade socioambiental, reforçando a importância do consumo consciente de combustível, da redução de desperdícios em geral e da observância das medidas ambientais adotadas pelo Tribunal;

4.1.8. Sempre que os motoristas realizarem atividades em dependências do CONTRATANTE durante o período noturno, orientá-los a manter acesas apenas as luzes estritamente necessárias, contribuindo para a redução do consumo energético.

4.1.9. Orientar condutores para abastecimento, sempre que possível, por combustíveis renováveis (etanol).

4.2. Subcontratação

4.2.1. Na presente contratação, é vedada a subcontratação total ou parcial da prestação dos serviços.

Justificativa para vedação à subcontratação:

Considerando que os serviços serão prestados sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a subcontratação não se mostra adequada, tendo em vista os seguintes fatores:

Controle direto da força de trabalho: A execução dos serviços exige acompanhamento contínuo, supervisão técnica e integração com as rotinas internas do órgão, o que demanda vínculo direto entre os profissionais e a empresa contratada.

Responsabilidade técnica e legal: A contratada deve assumir integralmente a responsabilidade pela qualidade, segurança e conformidade dos serviços prestados.

Gestão de pessoal e obrigações trabalhistas: O regime de dedicação exclusiva pressupõe que os profissionais estejam subordinados à contratada, com jornada definida e atuação exclusiva no órgão contratante, o que inviabiliza a delegação dessas obrigações a terceiros.

Previsão normativa: A vedação à subcontratação está alinhada às diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 5/2017, que orienta sobre contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, especialmente quanto à necessidade de garantir a adequada gestão contratual e a responsabilização da contratada.

4.3. Garantia da contratação:

4.3.1. Conforme decisão da Diretoria-Geral proferida em processo específico para esse fim, em regra, fica dispensada a garantia contratual nos processos de cessão de mão de obra, cabendo ao requisitante ou à Equipe de Planejamento, se for o caso, optar ou não pela sua exigência, considerando os fatores expostos no Parecer da Assessoria Jurídica de Contratações.

4.3.2. Desta forma, não haverá exigência de prestação de garantia contratual pelas empresas. Explica-se: com o advento da Conta Vinculada, restam salvaguardados os pagamentos de verbas trabalhistas e rescisórias nas contratações de mão de obra, tornando assim, ao nosso ver, obsoleta a exigência de garantia. Nesse novo cenário, a exigência de garantia contratual se presta tão somente a encarecer os custos da contratação sem o correspondente benefício. Outrossim, como acima sugerido, um maior recrudescimento na fase de seleção das empresas, com exigências de habilitação técnica e econômica consonantes com o Acórdão 1214/2013 - Plenário do TCU, mitigam sobremaneira o risco das contratações, o que aponta também para a desnecessidade de exigência de garantia contratual.

4.3.3. Também serão adotadas as medidas previstas no art. 121, §3º, da Lei 14.133/2021 para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, quais sejam:

"[...]

II - condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

III - efetuar o depósito de valores em conta vinculada;

IV - em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado."

4.4. Vales-transporte - Orientação aos licitantes

4.4.1. A título de mera orientação, a LICITANTE poderá prever a cotação de 04 (quatro) vales por posto de trabalho, considerando as ocorrências evidenciadas na série histórica de contratações deste TRE/MG e nas informações carreadas pela gestão de contratos em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, quanto ao inadequado dimensionamento do quantitativo de vales-transportes. Tal orientação visa alertar aos licitantes de que o inadequado dimensionamento do quantitativo de vale transporte vem impactando diretamente na saúde financeira dos contratos firmados, além de limitar a sua vida útil, ocasionando rescisões contratuais e o lançamento e registro de penalidades contra os contratados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Execução

5.1.1. O início da prestação dos serviços será em 17/08/2026 com duração de 54 dias, findando em 09/10/2026, caso ocorra apenas o 1º Turno das Eleições.

5.1.2. Em caso de ocorrência de 2º Turno das Eleições, a duração será de 82 dias, findando em 06/11/2026.

5.1.3. A quantidade de motoristas será de 31 (trinta e um) profissionais, sendo escalonados da seguinte forma:

- 18 (dezoito) colaboradores no 1º (primeiro) dia de execução contratual até o 28º dia.
- doravante, mais 13 (treze) motoristas, no 29º dia de execução contratual até o termo do contrato.

5.1.4. No início da prestação dos de serviços em 17/08/2026 deverão ser disponibilizados 18 postos de trabalho. No 29º dia de contrato, isto é, 14/9/2026 - deverão ser disponibilizados mais 13 postos, seguindo-se com 31 postos até 09/10/2026, na hipótese de turno único. Havendo segundo turno, a contratação prorrogar-se-á até 06/11/2026, com mobilização do quantitativo integral dos postos de trabalho.

5.1.5. Em cada município (Belo Horizonte, Betim e Contagem), a execução contratual será de 82 (oitenta e dois) dias, caso haja dois turnos de eleições. Havendo apenas um turno de eleições, a execução contratual será de 54 (cinquenta e quatro) dias.

Distribuição de motoristas por período e unidades

GRUPOS	Quantidade de dias de execução	Período	Cartórios Eleitorais BH + Foro Eleitoral	Comissão de Propaganda	Cartórios de Betim	Cartórios de Contagem	SETRA - Seção de Transportes	TOTAL
Quantidade: (1º grupo no 1º turno)	28 dias	17/08/2026 a 13/09/2026	10	1	2	2	3	18
Quantidade (2º grupo, se não houver segundo turno da eleição)	26 dias	14/09/2026 a 09/10/2026	10+9	1	2	2	3+4	18+13

Quantidade (2º grupo, <u>se houver</u> segundo turno)	28 dias	10/10/2026 a 06/11/2026	19	1	2	2	7	31
TOTAL GERAL	82 dias							31

5.1.6. Durante o período de execução contratual, em função das atividades do contratante, a prestação dos serviços poderá ocorrer de segunda a sexta-feira, sábados, domingos e feriados, sempre respeitando as disposições e os limites legais.

5.1.7. Os horários de funcionamento dos postos de trabalho estarão compreendidos entre as 6 (seis) horas às 22 (vinte e duas) horas do dia, sendo que o início da jornada será determinada pelos próprios Cartórios Eleitorais e pela Seção de Transportes, conforme suas necessidades específicas.

5.1.8. Horários entre 06h e 22h, com possibilidade de atividade noturna, dentro dos limites estipulados (22h-05h) e fins de semana/feriados, respeitados os limites legais e a CCT. Nos municípios de Belo Horizonte, Betim e Contagem.

5.1.8.1. Excepcionalmente, em função da necessidade dos serviços, poderão ocorrer atividades noturnas entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do outro dia, para as quais os postos de trabalho farão jus ao adicional noturno pertinente.

5.1.9 Jornada básica: para cada posto de trabalho, a jornada diária de trabalho será de 8h48min (oito horas e quarenta e oito minutos), de Segunda a Sexta feira, com intervalo de 1h (uma hora) para refeição e descanso, sendo que esse intervalo não será incluído na jornada de trabalho.

5.1.10. As Horas extraordinárias, em regra, não serão autorizadas. Excepcionalmente poderão ser realizadas, desde que determinadas pela fiscalização, para atendimento a atividades imprescindíveis e inadiáveis pertinentes ao pleito. Todas as horas extraordinárias e adicionais (inclusive noturno) observarão estritamente a CCT vigente e somente serão devidas quando previamente autorizadas e comprovadas por meio de controles de frequência validados pela fiscalização.

5.1.11. Para as horas que excederem a jornada normal de trabalho (horas extras), em razão da necessidade dos serviços deste CONTRATANTE, conforme memória de cálculo abaixo, estima-se o seguinte quantitativo:

5.1.11.1 Horas extras de segunda-feira a sábado: 950 (novecentas e cinquenta) horas;

5.1.11.2. Horas extras aos domingos e feriados: 1200 (mil e duzentas) horas;

5.1.11.3 Horas extras noturnas aos domingos: 20 (vinte) horas;

5.1.11.4 O quantitativo de horas extras refere-se a todos os postos de trabalho previstos neste Termo de Referência;

5.1.11.5. As horas extras previstas no Termo de Referência serão exauridas em, no máximo, 67 (sessenta e sete) sábados e dias de semana e 15 (quinze) domingos e feriados.

HORAS EXTRAS 2026 - ESTIMATIVA POR POSTO DE TRABALHO			
Horas extras	Quantidade estimada	Postos de trabalho	Horas extras por posto de trabalho (quantidades aproximadas)
100%	1200	31	39 horas
60%	950	31	31 horas
Noturna (aos domingos)	20	31	1 hora

5.12. A contratada deverá manter quadro apto a cobrir ausências, férias, atestados e impedimentos, garantindo a continuidade dos serviços sem ônus adicional ao CONTRATANTE. Substituições deverão ocorrer no prazo máximo de **3 (três) horas para faltas injustificadas/ocorrências críticas e até 24 (vinte e quatro) horas para demais hipóteses.**

5.13. Os serviços serão prestados prioritariamente na RMBH, deslocamentos eventuais para o colar metropolitano poderão ocorrer, mediante determinação do Seção de Transportes do CONTRATANTE.

5.2. Sistema de registro de frequência biométrico:

5.2.1. Sugere-se a implantação de sistema de registro de ponto eletrônico e/ou biométrico, para controle da frequência dos colaboradores cujo lançamento poderia ser efetuado via Smartphone - exemplo: aplicativo "Nexti";

5.2.2. Caso haja adoção, o sistema deverá registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos profissionais alocados para a execução dos serviços contratados;

5.2.3. Para fins de atestação dos serviços pela fiscalização, a CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE acesso ao sistema de controle de frequência, por meio de relatórios periódicos de frequência dos empregados, no início de cada mês (até o 5º dia útil), referentes ao mês imediatamente anterior;

5.2.4. O sistema eletrônico deverá permitir o registro dos horários de início, intervalo e término da jornada de trabalho nas dependências do CONTRATANTE;

5.2.5. A adoção do sistema eletrônico de controle não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na execução dos serviços.

JUSTIFICATIVA : A exigência de sistema eletrônico de registro de frequência mostra-se adequada e proporcional ao quantitativo de profissionais alocados (31 postos de motorista), bem como à natureza dos serviços contratados, que demandam controle efetivo de jornada, assiduidade e pontualidade, notadamente em razão da execução de atividades externas e da impossibilidade de supervisão direta contínua, em que pese a fiscalização mediata das Chefias Cartorárias.

O sistema constitui instrumento essencial de apoio à fiscalização contratual e à atestação mensal dos serviços, conferindo maior confiabilidade às informações de frequência e mitigando riscos trabalhistas e financeiros à Administração , como medida salutar, deveria ser requisitado. Ressalta-se que a tecnologia mencionada é amplamente difundida no mercado, não implica incremento significativo de custos, nem representa restrição indevida à competitividade do certame.

A implantação de sistema de registro de ponto eletrônico e/ou biométrico que acarrete ônus excessivo ao contrato deverá ser sopesado pela CONTRATADA, em face da exígua duração do contrato.

5.3. Local da prestação dos serviços

5.3.1. Os serviços serão prestados em locais indicados pelo contratante, em Belo Horizonte e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, esporadicamente no colar metropolitano de Belo Horizonte.

5.3.2. Durante a execução contratual, os postos de trabalho contratados iniciarão o expediente nas dependências do CONTRATANTE, conforme orientação da Seção de Transportes, nos seguintes locais:

- Centro de Apoio do TRE/MG, na Rua Flor de Trigo, n. 20/24, Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte/MG;
- Cartórios eleitorais de Venda Nova, na Rua Padre Pedro Pinto, n. 4.946, 2º andar, Bairro Mantiqueira, Belo Horizonte/MG;
- Seção de Transportes do TREMG, na Avenida Prudente de Moraes, n.100, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte/MG;
- Cartórios Eleitorais de Belo Horizonte: Avenida do Contorno, nº 7.038 - Lourdes, Belo Horizonte/MG;
- Cartórios Eleitorais de Contagem: Avenida João de Deus Costa, nº 205 - "a" - 2º andar - Centro, Contagem/MG;
- Cartórios Eleitorais de Betim: Rua Santa Cruz, nº 402 - Loja 12 - Centro, Betim/MG;
- Edifício Acaiaca: Av. Afonso Pena, nº 867 - Centro, Belo Horizonte/MG;
- Edifício Mozart: Av. do Contorno, nº 7.526 - Lourdes, Belo Horizonte/MG.

5.4. Apresentação dos colaboradores e Documentação a ser entregue no início da execução dos serviços

5.4.1 No dia do início da prestação dos serviços, os motoristas alocados pela CONTRATADA deverão se apresentar à Seção de Transportes do CONTRATANTE, localizada no Anexo II - Centro de Apoio do TRE/MG, na Rua Flor de Trigo, n. 20/24, Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte/MG.

5.4.2 Na apresentação dos empregados, a CONTRATADA deverá entregar à Seção de Transportes os seguintes documentos: atestado de bons antecedentes, cópias e originais da Carteira de Habilitação, do registro em carteira, contrato de trabalho, ou declaração do empregador (em papel timbrado, com CNPJ, período trabalhado e descrição das funções/atividades exercidas) que comprove a experiência mínima de 06 (seis) meses como motorista habilitado na categoria "B" ou superior, e relação nominal contendo endereço e número do telefone.

Justificativa da exigência do atestado de bons antecedentes: A exigência de apresentação de atestado de bons antecedentes do empregado incumbido de prestar os serviços, justifica-se em razão da função a ser desempenhada, que exige um grau de fidúcia especial, em razão da especificidade dos serviços prestados, os quais exigem sigilo de informações, bem como segurança dos materiais e usuários, tendo em vista que poderão ser transportados Juízes e outras Autoridades judiciárias. A exigência de atestado de bons antecedentes criminais para os motoristas encontra amparo na necessidade de resguardar o interesse público, a segurança institucional e a integridade das pessoas, do patrimônio e das informações sob responsabilidade da Administração, a teor da Decisão do TST no E-ED-RR - 61500-56.2013.5.13.0024, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta (Data de Julgamento: 26/04/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 04/05/2018)

5.5. Materiais a serem disponibilizados

5.5.1. Por motivo de segurança, caberá à contratada providenciar para que seus empregados estejam rigorosamente identificados e uniformizados. Os motoristas ocupantes dos postos de trabalho deverão fazer uso de crachá de identificação pessoal com retrato atualizado e de uniformes, os quais devem ser padronizados e devem ter o nome da contratada gravado na camisa do uniforme.

5.5.2. Para cada posto de trabalho, a contratada deverá fornecer o uniforme composto de 2 (duas) calças, 3 (três) camisas sociais (manga curta e tecido de algodão), 1 (um) par de sapatos (modelo social) e 3 (três) pares de meia.

5.5.3. Os uniformes deverão ser entregues, em sua totalidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após o início do contrato. Para comprovação do fornecimento dos uniformes, a empresa deverá encaminhar ao CONTRATANTE lista contendo a quantidade e descrição dos uniformes entregues, bem como recibo com assinatura do funcionário alocado para a prestação dos serviços.

5.5.4. Sempre que preciso, a CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos após a notificação pelo CONTRATANTE, qualquer peça do uniforme que apresentar defeito ou não tiver mais condições de ser utilizada, tendo em vista a necessidade de boa apresentação pessoal dos funcionários.

5.6. INFRAÇÕES DE TRÂNSITO:

5.6.1. Notificações de autuação

5.6.1.1. A CONTRATADA é responsável pelos atos de seus empregados, devendo ressarcir integralmente o CONTRATANTE por multas de trânsito impostas por fatos ocorridos durante a execução do contrato, inclusive correção, juros e despesas decorrentes, independentemente de terem sido exigidas durante ou após a vigência contratual.

5.6.1.2. Na ocorrência de infração de trânsito o CONTRATANTE enviará à CONTRATADA, por e-mail ou outra forma inequívoca, a notificação de autuação de penalidade referente à respectiva infração e o nome do motorista responsável pela infração.

5.6.1.3. Caberá à CONTRATADA providenciar preenchimento FICI- Formulário de Indicação do Condutor Infrator constante da notificação de autuação de penalidade, colher a assinatura do condutor responsável pela infração e devolvê-lo ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

5.6.1.4. Não havendo a devolução do FICI, devidamente preenchido e assinado pelo condutor, dentro do prazo acima estabelecido, fica o CONTRATANTE isento de qualquer responsabilidade quanto ao pagamento da infração de penalidade de multa aplicada pela não identificação do condutor infrator junto ao órgão autuador, recaindo sobre a CONTRATADA tal obrigação.

5.6.1.5. A CONTRATADA responderá integralmente pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE, e a terceiros, em razão de omissão, negligência, atraso ou falha na indicação do condutor infrator ao órgão autuador, interposição de recursos, acompanhamento processual ou pagamento de multas, inclusive quando tais falhas resultarem em restrições administrativas ao veículo, perda de descontos legais, impedimentos, incidência de acréscimos ou prejuízo à execução do serviço público.

5.6.2. Notificações de penalidade de multa

5.6.2.1. As notificações de penalidade de multa recebidas pelo CONTRATANTE serão enviadas à CONTRATADA, via e-mail, para ciência da necessidade de sua quitação.

5.6.2.2. Poderá a CONTRATADA optar pelo pagamento imediato da multa, caso prefira, diretamente ou por intermédio de seu colaborador, hipótese em que deverá manifestar sua intenção formalmente, incluindo declaração de que declina do seu direito de recurso, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar do envio da referida notificação pelo CONTRATANTE.

5.6.2.3. Realizada a quitação imediata, a CONTRATADA deverá enviar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, o respectivo comprovante de pagamento.

5.6.2.4. Não optando a CONTRATADA pela quitação imediata, o pagamento da multa somente será efetuado após o esgotamento da via administrativa ou nas hipóteses excepcionais previstas neste Termo de Referência.

5.6.2.5. A interposição de recurso administrativo tempestivo suspende a exigibilidade da penalidade de multa junto ao órgão de trânsito, razão pela qual, enquanto pendente de julgamento, não haverá obrigação de pagamento.

5.6.2.6. Excepcionalmente, caso a manutenção da multa pendente de julgamento possa gerar restrições administrativas ao veículo, outro óbice relevante à execução contratual ou prejuízo à continuidade do serviço público, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento da multa em caráter provisório e cautelar, sem reconhecimento de responsabilidade.

5.6.2.7. O pagamento realizado pelo CONTRATANTE, nos termos do item anterior não implica reconhecimento de culpa, nem renúncia a direitos, nem novação da obrigação, preservando-se integralmente o direito de regresso contra a CONTRATADA, condicionado ao resultado final do processo/recurso administrativo.

5.6.2.8. No caso de indeferimento definitivo do recurso administrativo, a CONTRATADA ficará obrigada a ressarcir integralmente o CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da ciência da decisão final.

5.6.2.8.1. O ressarcimento abrangerá, além do valor principal, correção monetária, juros legais, taxas administrativas, custos bancários e quaisquer despesas suportadas pelo CONTRATANTE em razão do pagamento cautelar ou da manutenção da multa.

5.6.2.9. Para tanto, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor devido, por meio de GRU ou instrumento equivalente, no prazo acima.

5.6.2.10. No caso de deferimento do recurso administrativo, a CONTRATADA deverá comprovar a extinção da penalidade e, se houver pagamento provisório pelo CONTRATANTE, adotar as providências necessárias à restituição ou compensação do valor pago.

5.6.2.11. O não recolhimento no prazo ensejará a adoção das medidas administrativas e legais cabíveis.

5.6.2.12. A observância dos prazos para quitação das multas com desconto e sem aplicação de acréscimos será de responsabilidade da CONTRATADA, ficando ao seu encargo o pagamento destes, caso seja apurada sua responsabilidade quanto à perda dos prazos estabelecidos pelo órgão de trânsito.

5.6.2.13. As disposições destas cláusulas não implicam solidariedade entre CONTRATANTE e CONTRATADA perante terceiros, reconhecendo as partes que toda e qualquer infração de trânsito decorrente da condução dos veículos é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, assegurado ao CONTRATANTE o pleno direito de ressarcimento e regresso.

5.6.3. Recursos administrativos das multas de trânsito

5.6.3.1. Caso seja de interesse da CONTRATADA ou do colaborador, poderá ser interposto recurso das multas de trânsito na Junta Administrativa de Recursos de Infrações do órgão autuador, observados os prazos e normas que regem a matéria.

5.6.3.2. Será de responsabilidade da CONTRATADA providenciar toda documentação necessária e dar entrada do recurso junto ao órgão de trânsito, bem como arcar com qualquer custo que porventura exista para a efetivação da interposição do referido recurso.

5.6.3.4. A CONTRATADA deverá enviar ao CONTRATANTE documento comprobatório da interposição de recurso, bem como da suspensão da multa junto ao DETRAN MG.

5.6.3.5. Nos casos onde houver indeferimento da defesa pelo órgão julgador, fica a CONTRATADA obrigada a realizar o pagamento da multa de trânsito no prazo máximo de 10(dez) dias úteis a contar da data de publicação da decisão.

5.6.3.6. Nos casos em que houver êxito da defesa, a CONTRATADA deverá enviar ao CONTRATANTE cópia do resultado do recurso e comprovante da extinção da multa junto ao DETRAN MG, no prazo máximo de 10(dez) dias úteis a contar da data de publicação da decisão do órgão julgador.

5.6.3.7. A interposição de recurso administrativo suspende a exigibilidade da penalidade de multa, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo resultado final do processo administrativo e pelo pagamento da multa, caso o recurso não seja provido.

5.6.3.8. Encerrada a vigência contratual enquanto pendente o julgamento de recurso administrativo, a CONTRATADA continuará responsável por acompanhar o processo, comunicar o resultado ao CONTRATANTE e adotar as providências necessárias à quitação ou extinção da multa.

5.6.3.9. Na hipótese de a multa vir a ser definitivamente mantida após o término do contrato, o valor devido poderá ser objeto de cobrança administrativa, compensação, ou cobrança judicial, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.6.3.10. A CONTRATADA reconhece, para todos os fins, que as obrigações relativas a infrações de trânsito possuem natureza pós-contratual e subsistem independentemente do término da vigência do contrato.

5.7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.7.1. Arcar com as despesas decorrentes de infrações de trânsito de responsabilidade do motorista (multas etc.), nos termos do CTB – Código de Trânsito Brasileiro, ainda que exigíveis após o término do contrato, preferencialmente quitando-as de plano;

5.7.2. Arcar com os ônus decorrentes de danos patrimoniais ou pessoais, civis ou criminais, causados por seus empregados ao CONTRATANTE e a terceiros;

5.7.3. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

5.7.4. Contratar, sob sua inteira responsabilidade, os profissionais a serem alocados nos postos de trabalho;

5.7.5. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

5.7.6. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigências legais e da convenção coletiva de trabalho em vigor;

- 5.7.7. Gerir a marcação de ponto de seus empregados, usando, para tanto, o instrumento que melhor lhe convier e possibilitando à fiscalização do contratante a verificação da documentação respectiva;
- 5.7.8. Indicar, formalmente, no momento da assinatura do contrato, preposto que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, de acordo a Lei n. 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- 5.7.9. Manter disciplina no local dos serviços, substituindo, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** após notificação do contratante, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente. **Esse prazo será reduzido em função do dia das Eleições, quando qualquer empregado considerado com conduta inconveniente deverá ser substituído no prazo máximo de 2 (duas) horas após notificação do contratante;**
- 5.7.10. Orientar seus empregados a manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do contratante ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato;
- 5.7.11. Informar ao CONTRATANTE, no primeiro dia da prestação dos serviços, o número de telefone celular de cada motorista, a fim de que ele seja contatado para assuntos referentes às atividades que surgirem durante o expediente.
- 5.7.12. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados nos termos da legislação vigente;
- 5.7.13. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados aos veículos e a terceiros, devendo repará-los imediatamente após apurada a sua responsabilidade, dentro das normas legais vigentes.
- 5.7.14. Substituir, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, o motorista que, por qualquer motivo, estive impedido de dirigir;
- 5.7.15. Substituir, no **prazo máximo de 3 (três) horas** a contar da comunicação do contratante, o empregado faltoso, a fim de evitar a descontinuidade da prestação dos serviços.
- 5.7.16. Responsabilizar-se pelos atos praticados por seus empregados no exercício da condução dos veículos de propriedade ou serviço do CONTRATANTE.
- 5.7.17. Apresentar defesa prévia em recurso administrativo de multas de trânsito, caso previsto como obrigação na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

5.8. OBRIGAÇÕES DOS COLABORADORES

- 5.8.1. Preencher corretamente os formulários de movimentação dos veículos (Guia de Circulação de Veículos - GCV e outros) que serão fornecidos pela Seção de Transportes do contratante;
- 5.8.2. Seguir às ordens de serviço expedidas pelos Chefes de Cartório, de Seção, Comissão ou da unidade designada, quando não manifestamente ilegais ou contrárias às regras de circulação de trânsito;
- 5.8.3. Reportar-se à Seção de Transportes do CONTRATANTE sempre que for necessário à correta execução dos serviços;
- 5.8.4. Seguir as normas internas do CONTRATANTE, as regras de direção defensiva e as normas previstas na legislação de trânsito;

- 5.8.5. Zelar pela limpeza e conservação dos veículos, informando à Seção de Transportes do contratante as anomalias apresentadas pelo veículo durante a sua utilização;
- 5.8.6. Executar as demais atividades pertinentes à função de motorista;
- 5.8.7. Seguir as emanções referentes à Sustentabilidade e correlatas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Formalizado o contrato a Contratante deverá designar formalmente o Gestor do Contrato, o Fiscal Requisitante, o Fiscal Técnico e o Fiscal Administrativo, bem como os respectivos suplentes, para o acompanhamento e fiscalização do contrato.
 - 6.2.1. Na ausência do Gestor do Contrato e/ou dos Fiscais, a qualquer título, as providências de sua alçada, bem como as responsabilidades a eles afetas ficarão a cargo dos suplentes e, na falta destes, das respectivas chefias imediatas;
 - 6.2.2. As funções de Fiscal Requisitante e Fiscal Técnico poderão ser desempenhadas por um único servidor.
- 6.3. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.
 - 6.3.1. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Fiscalização da Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Fiscalização da Contratante deverá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.5. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.6. A Fiscalização da Contratante sempre que entender necessário poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.7. Caberá ao Fiscal Requisitante, sempre com o auxílio do Fiscal Técnico, quando a especificidade e complexidade da contratação assim o exigirem, acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração; competindo-lhe, especialmente:
 - 6.7.1. contatar a Contratada para esclarecer dúvidas, prestar informações, emitir ordem de início de serviço e outras providências, de acordo com as exigências contratuais;
 - 6.7.2. atestar a efetiva prestação dos serviços, conforme o IMR estabelecido no contrato

- 6.7.3. identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, emitir notificações à Contratada para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6.7.4. comunicar ao Fiscal Administrativo a ocorrência de falhas, atrasos ou fatos relevantes que possam inviabilizar o cumprimento dos prazos estabelecidos, ou que acarretem a necessidade de prorrogação de prazos de execução/entrega ou de vigência contratual;
- 6.7.5. encaminhar solicitação de alteração qualitativa, acréscimo ou supressão ao objeto do contrato, com as justificativas pertinentes, permitindo sua efetivação somente após a formalização do respectivo Termo Aditivo;
- 6.7.6. informar à autoridade superior, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 6.7.7. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, em virtude de determinação legal ou por ordem e/ou interesse da Administração, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, pelo Fiscal Requisitante.
- 6.9. O Fiscal Administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, competirá ao Fiscal Administrativo instruir o processo de aplicação de penalidade à contratada, a partir do relato dos descumprimentos contratuais pelo Fiscal Requisitante, ressalvada a possibilidade de o processo ser instaurado pelo próprio Fiscal Administrativo do contrato, quanto aos inadimplementos por ele detectados em matéria de sua competência;
- 6.9.2. O Fiscal Administrativo da Contratante comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.10. O Gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.10.1. O Gestor do Contrato anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 6.10.2. O Gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.10.3. O Gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quanto aos inadimplementos por ele detectados em matéria de sua competência.

6.11. O Gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Instrumento de Medição do Resultado - IMR

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), por meio do qual a fiscalização técnica dos contratos deverá avaliar a execução do objeto conforme ANEXO I, na aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. O valor devido à Contratada, a título de pagamento, poderá eventualmente sofrer descontos em função da pontuação por ela obtida por ocasião da avaliação de qualidade, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.3. A pontuação será referente a cada local de prestação do serviço (caso tenha mais de um local), não havendo a somatória dos percentuais porventura aplicados em cada local.

7.4. A medição será feita pelo fiscal designado para cada local.

7.5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para controle da prestação dos serviços.

Forma de pagamento

7.6. O pagamento será mensal e efetuado **até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação de serviços**, após atestada a plena execução do objeto pela fiscalização do contrato, observadas as disposições contidas nos instrumentos convocatório e contratual, podendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, conforme disposto no item 7 e Anexo deste Termo de Referência .

7.7. A contratada deverá emitir uma nota fiscal/fatura a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira são expressas no Edital de licitação.

8.3. O licitante deverá comprovar os seguintes requisitos de Qualificação Técnica:

Comprovação da capacidade Técnica

8.3.1. Os profissionais indicados pela licitante vencedora para a prestação dos serviços deverão possuir a seguinte qualificação mínima, experiências e aptidões específicas previstas no subitem 3.4.2 e 5.4.2 deste Termo de Referência, em razão das justificativas apresentadas.

8.3.1.1. A Contratada deverá encaminhar a documentação comprobatória, relativa ao item anterior, no prazo descrito no subitem 5.4.2.

8.3.2. A licitante deverá apresentar 1 (um) ou mais atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) em seu nome, por pessoa jurídica de direito público ou privado, preferencialmente em papel timbrado, constando endereço de localização para permitir diligência, comprovando que já executou, de forma satisfatória, serviços de **gestão de mão de obra**, por período não inferior a **3 (três) anos**.

Justificativa Técnica para Exigência de Atestado de Capacidade Técnica com Experiência Mínima de 3 Anos

1. Fundamentação Legal

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 67, § 5º, autoriza expressamente que, em contratações de serviços contínuos, o edital exija certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

Tal previsão visa assegurar que a empresa contratada possua experiência suficiente para garantir a adequada execução do objeto, especialmente quando se trata de serviços que demandam gestão de mão de obra e manutenção contínua.

2. Normas Complementares

A Instrução Normativa SEGES nº 05/2017 (subitem 10.6 do Anexo VII-A, alínea b), recomenda que, para serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, sejam adotados critérios que assegurem a capacidade técnica do contratado, incluindo a exigência de experiência anterior proporcional à complexidade do objeto.

3. Proporcionalidade e Competitividade

A exigência de experiência mínima de 3 anos está dentro do limite legal e é proporcional à complexidade do objeto, não restringindo indevidamente a competitividade, pois não exige exclusividade nem condições desarrazoadas, apenas comprovação de experiência anterior similar.

8.3.2.1. A licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

8.3.2.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.3.2.3. A título de diligência, poderá ser requerida a apresentação dos contratos que originaram os atestados bem como quaisquer informações necessárias a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação está previsto no edital de licitação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A contratação objeto destes autos encontra adequação orçamentária, uma vez que o Plano de Contratações Anual é elaborado em alinhamento com a proposta de Lei Orçamentária Anual.

11. PENALIDADES

11.1. O descumprimento das disposições deste termo de referência sujeitará a contratada às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021 e no termo de contrato.

12. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

12.1. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018, nos termos previstos em contrato.

12.2. No Anexo II estão relacionados os tipos de dados pessoais que poderão ser coletados no âmbito desta contratação, assim como a finalidade.

13. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - LAI

13.1. Não há necessidade de classificação deste Termo de Referência quanto ao grau de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, considerando que a contratação é pública, o que garante o amplo acesso aos interessados.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

1 - A verificação da qualidade da prestação do serviço será realizada com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) por meio do Relatório de AVALIAÇÃO MENSAL PARA EFEITO DE PAGAMENTO (Tabela IV).

2 - O Contratante irá monitorar constantemente os serviços, visando evitar a perda no nível de qualidade, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções contratuais e legais, quando verificar desconformidade contínua na prestação do serviço.

3 - A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

4 - Ocorrerá a glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados esperados, em sua totalidade ou não executar, com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas.

5 - A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração dos seguintes aspectos:

I - verificação dos prazos de execução.

II - cumprimento de exigências contratuais.

6 - Os serviços serão constantemente avaliados pelos fiscais do contrato, que relatarão, mensalmente, as eventuais irregularidades, conforme consta na sequência:

6.1 - O Fiscal Requisitante do contrato promoverá a tabulação das ocorrências, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser aplicado ao preço mensal dos serviços.

6.2 - Terminado o mês de prestação dos serviços, o Fiscal Requisitante enviará à Contratada, por *e-mail*, até o dia 5 (cinco) do mês seguinte, as Tabelas II e IV (FATORES DE AVALIAÇÃO e a AVALIAÇÃO MENSAL PARA EFEITO DE PAGAMENTO).

6.2.1 - O Fiscal Requisitante, sempre que necessário, poderá contar com o auxílio do Fiscal Técnico para avaliação das eventuais irregularidades.

6.3 - A Contratada deverá acusar o recebimento do *e-mail* e poderá apresentar justificativa dos pontos apontados no relatório, no prazo de 5 (cinco) dias, a qual será aceita, somente se comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

6.4 - Havendo recusa da justificativa apresentada, a Contratada poderá apresentar impugnação, no mesmo prazo acima, a qual será submetida à análise do Gestor do Contrato.

6.5 - Caso o resultado da avaliação da impugnação seja desfavorável à Contratada, o desconto será efetivado no mês subsequente.

7- A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, e em documento contemporâneo à sua ocorrência.

8 - A justificativa deverá vir acompanhada de pedido de prorrogação do respectivo prazo, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho a vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições da contratação, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração.

9 - O pedido de prorrogação dos prazos previstos nos itens 7 e 8 deverá ser efetuado **antes do término desses prazos**.

Tabela I - INDICADORES

INDICADOR 1	
QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a qualidade na prestação dos serviços de condução de veículos automotores nas unidades do contratante, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência e no Contrato.
Meta a Cumprir	100% dos serviços executados com qualidade.
Instrumento de Medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo abaixo indicado.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das atividades da execução dos serviços, registrando as ocorrências nas planilhas de controle.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	O número de ocorrências no mês refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou, a glosa, pelo não atingimento.

Início de Vigência	A partir da data da assinatura do contrato.
Faixa de ajuste no pagamento.	0 a 3 ocorrências= 100% da meta = recebimento 100% da fatura; 4 a 6 ocorrências= 98% da meta = recebimento 98% da fatura; 7 a 9 ocorrências= 95% da meta = recebimento de 95% da fatura; 10 a 12 ocorrências= 90% da meta = recebimento 90% da fatura.
Sanção	Em caso de 13 (treze) ocorrências ou mais, poderão aplicadas as sanções administrativas previstas no instrumento contratual, sem prejuízo do desconto de 10% sobre a nota fiscal.

Tabela II – FATORES DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO MENSAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS NO MÊS (REGISTRAR DATA DO FATO E BREVE RELATO DO OCORRIDO)
1	Conduzir os veículos de forma inadequada e insegura, como, por exemplo, ultrapassar a velocidade máxima permitida para o local.	
2	Desrespeitar os horários programados e as ordens do contratante durante o transporte de pessoas e objetos.	
3	Não preencher ou não devolver as guias de circulação do veículo fornecidas pelo contratante.	
4	Não providenciar a identificação e os uniformes dos motoristas.	

5	Não substituir, dentro do prazo contratual, o empregado faltoso ou que estiver impedido de dirigir.	
6	Não zelar pelas condições normais de uso do veículo, como a calibragem dos pneus e a verificação de avarias/anomalias no casco do veículo.	
7	Utilizar aparelho de celular ou similar, quando estiver conduzindo o veículo na via de trânsito. (permitido o uso de aplicativos de navegação, como o Waze e o Google Maps)	
TOTAL	-	

TABELA III – AJUSTES NO PAGAMENTO

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS NO MÊS (B)	FAIXA IMR ATINGIMENTO DA META (C)	PERCENTUAL DA GLOSA % (D) (100 - C)
0 a 3	100%	0%
4 a 6	98%	2%
7 a 9	95%	5%
10 a12	90%	10%

13 ou mais, por local de prestação de serviço.	90% Sanções contratuais	+	10% Sanções contratuais	+
--	-------------------------	---	-------------------------	---

Tabela IV - AVALIAÇÃO MENSAL PARA EFEITO DE PAGAMENTO

PROCESSO	
NÚMERO DO CONTRATO	
SÍNTESE DO OBJETO	
VIGÊNCIA	
VALOR MENSAL DO CONTRATO (A)	
PERÍODO DE APURAÇÃO	
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (B)	
VALOR DA GLOSA (E) (D x A)	
VALOR A SER RECEBIDO PELA EMPRESA (F) (A - E)	

- A – Valor mensal do contrato: R\$
- B - Número de ocorrências:
- C – Faixa do IMR:

- D – Percentual de glosa:
- E – Valor glosado: R\$
- F - Valor a ser recebido pela empresa (A-E): R\$

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

Checklist de Tratamento de Dados

1. Identificação e Classificação dos Dados

Quais tipos de dados pessoais poderão ser coletados no âmbito dessa futura contratação?

DADO PESSOAL	DADO PESSOAL SENSÍVEL e outros
(X) Nome	(X) Dados que revelam origem racial ou étnica
(X) Nome Social	() Dados que revelam convicção religiosa
(X) CPF	() Dados que revelam opinião política
(X) Número de RG	() Dados que revelam filiação a sindicato
() Número do título de eleitor	() Dados que revelam filiação a organização de caráter religioso
(X) Numero de CNH	() Dados que revelam filiação a organização de caráter filosófico

() Número de Matrícula ou ID funcional (servidores)	(X) Dados que revelam filiação a organização de caráter político
() Número do Passaporte	(X) Dados referentes à saúde ou à vida sexual
() Número de identidade profissional (OAB, CREA, CRM, etc)	() Dados genéticos
(X) Endereço residencial e/ou comercial	(X) Dados biométricos
() Número de Telefone (fixo ou celular)	-----
() Endereço eletrônico (email, redes sociais, etc)	(X) Dados de crianças ou adolescentes
() Imagem (foto ou vídeo)	(X) Dados financeiros
(X) Data de nascimento	
(X) Nome dos genitores	Outros (indicar): Dados que revelam algum tipo de deficiência (Resolução CNJ 497/2023)

2. Qual é a finalidade da coleta/uso desses dados pessoais?

Para fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para atender ao CNJ (Resolução 587/2024).

3. Qual é a base legal para o tratamento dos dados pessoais?

- ☒ Cumprimento de obrigação legal
- ☒ Execução de políticas públicas
- ☐ Tutela de saúde
- ☒ Execução de contrato / diligências pré-contratuais
- ☐ Estudos por órgão de pesquisa
- ☐ Interesse Legítimo do Controlador / Terceiro

4. Compartilhamento e Transferência de Dados

a) Os dados pessoais que serão objeto dessa contratação poderão ser compartilhados com terceiros, ou seja, com instituição pública ou privada diversa do TRE-MG?

- ☒ sim
- ☐ não

Em caso afirmativo, informe quais e com que finalidade.

Conta vinculada, Receita Federal, Banco do Brasil (CPF e dados bancários); CNJ (CPF, nome, data de nascimento, dados que revelam origem racial ou étnica, bem como algum tipo de deficiência).

b) Existirá alguma transferência internacional de dados?

- ☐ sim
- ☒ não

Se sim, com qual país e quais medidas deverão ser tomadas para garantir a proteção dos dados?

5. Segurança dos Dados

a) Quais medidas de segurança específicas podem ser necessárias para proteger os dados pessoais? (Ex.: criptografia, controle de acesso)

Pelo contratado: Não há medidas de segurança específica.
Pelo TRE-MG: Controle de acesso

b) É necessária alguma exigência específica em relação ao tempo de armazenados dos dados pelo contratado? Se sim, indique qual(is).
Não.

ANEXO II DO EDITAL
MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

CATEGORIA PROFISSIONAL: _____
(identificar)

MONTANTE "A"

DISCRIMINAÇÃO	Valor

1. Remuneração (= 1.1. + 1.2. + 1.3.)		
1.1. Salário (valor unitário)		
1.2. Hora-extra (sábados) *		
1.3. Hora-extra (domingos e feriados) *		
2. Encargos Sociais incidentes sobre o valor da remuneração		
2.1. Grupo "A"	Percentual	Valor
a. INSS		
b. SESI/SESC		
c. SENAI/SENAC		
d. INCRA		
e. Salário-Educação		
f. FGTS		
g. RAT – Riscos Ambientais do Trabalho (antigo SAT)		
h. SEBRAE		
2.2. Grupo "B"	Percentual	Valor
a. Férias		
b. Auxílio-Doença		
c. Licença maternidade/paternidade		
d. Faltas legais		

e. Acidentes de trabalho		
f. Aviso prévio		
g. 13º. Salário		
2.3. Grupo "C"	Percentual	Valor
a. Aviso prévio indenizado		
b. Indenização adicional		
c. FGTS nas rescisões sem justa causa		
2.4. Grupo "D"	Percentual	Valor
a. Incidência dos encargos do Grupo "A" sobre os itens do Grupo "B"		
VALOR TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS		
VALOR GLOBAL DA MÃO-DE-OBRA		

* Para os itens 1.2 e 1.3 deverão ser considerados os valores estimados mensais, conforme exigência do subitem 5.1.11 do Termo de Referência (Anexo I do Edital); bem como os percentuais definidos na CCT da categoria.

Notas Explicativas:

1. A inclusão dos itens na composição da Remuneração dependerá da natureza da contratação e, ainda, das peculiaridades do respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.
2. Em obediência à determinação contida no Acórdão do TCU nº 1.186/2017 Plenário, em caso de prorrogação/repactuação do contrato, o percentual máximo da parcela de aviso prévio trabalhado será de 0,194%.

MONTANTE "B"

Item	Valor
1. Vale-Transporte	
2. Seguro de vida em grupo	
3. Uniforme/EPI	
4. PQM (SE FOR O CASO)	
5. Outros (especificar)	
TOTAL DO MONTANTE "B"	

* Orienta-se que as licitantes cotem, quando necessário, ao menos, 4 (quatro) vales-transportes por posto de trabalho, considerando o deslocamento da residência/TREMG (trajeto de ida) e TREMG/residência (trajeto de volta), por meio de linhas de ônibus que deslocam do bairro ao centro de Belo Horizonte e do centro de Belo Horizonte às localidades de prestação dos serviços do TREMG.

Notas Explicativas:

- 1. A inclusão dos itens da planilha de custos acima dependerá da natureza da contratação e, ainda, das peculiaridades do respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 2. Verbas não constantes no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho não deverão ter seus valores preenchidos na tabela acima.

MONTANTE "C"

Item	Percentual	Valor
1. Despesas Administrativas/Operacionais		
2. Lucro		

Subtotal (1 + 2)			
------------------	--	--	--

Item	Percentual	Valor
3. Tributos indiretos		
3.1. ISS sobre faturamento*		
3.2. COFINS sobre faturamento		
3.3. PIS sobre faturamento		
3.4. Outros Tributos		
<u>Soma dos Tributos Indiretos</u>		
TOTAL DO MONTANTE "C" (1 + 2 + 3)		

**Observação: Alíquota de ISS de acordo com a _____ – Legislação aplicável: LC ____/200_.*

VALOR UNITÁRIO MENSAL ("A" + "B" + "C")		
---	--	--

Valor	Quantidade
VALOR TOTAL MENSAL	

Valor	Meses
VALOR TOTAL DO CONTRATO	

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO

1. Considerando que está prevista a repactuação do contrato, não é permitida a previsão de “Reserva Técnica”.
2. Item **“RAT – Riscos Ambientais do Trabalho”** (antigo “SAT”): a alíquota será definida de acordo com o **enquadramento** da empresa no Código **CNAE** relativo à atividade preponderante (art. 22, II, da Lei nº 8.212/91 e art. 202 do Decreto nº 3.048/99 com redação dada pelo Decreto nº 6.957/09). Nos termos da mencionada legislação, considera-se atividade preponderante a que ocupa o maior número de empregados e trabalhadores avulsos da empresa.
 - 2.1. A empresa licitante deverá informar, quando da apresentação de sua planilha de composição de preços, qual é o Código CNAE de sua atividade preponderante, dentre aqueles mencionados em seu Cartão de Inscrição e de Situação Cadastral (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica).
3. Para o item **“Vale-Transporte”**, deverá ser demonstrada a fórmula e os valores utilizados no seu cálculo. A título de mera orientação, a LICITANTE poderá prever a cotação de 04 (quatro) vales por posto de trabalho.
4. Os percentuais das Despesas Administrativas/Operacionais e do Lucro deverão incidir sobre a soma dos Montantes “A” e “B”.
5. Os percentuais dos tributos, legalmente estabelecidos, incidem sobre a soma dos Montantes “A” e “B” e dos valores das Despesas Administrativas/Operacionais e do Lucro, além da soma das alíquotas de todos os tributos indiretos, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Valor do Tributo} = \frac{\text{M} \times \text{T}}{1 - \text{S}}$$

Na fórmula apresentada acima, "M" é a soma dos Montantes "A" e "B" e dos valores das Despesas Administrativas/Operacionais e do Lucro, "T" é a alíquota do tributo, e "S" é a soma das alíquotas de todos os tributos indiretos (ISS, COFINS e PIS).

Exemplificando com o ISS, com base nos seguintes valores:

- M = R\$464,17

- T = 2,0%

- S = 5,65%

$$\text{Valor do ISS} = \frac{464,17 \times 0,02}{1 - 0,0565} = \frac{9,2834}{0,9435} = 9,84$$

6. Os percentuais dos tributos **COFINS** e **PIS** deverão ser cotados conforme a forma de tributação adotada pela licitante (lucro real ou lucro presumido), nos termos da legislação vigente.

7. Deverão ser observadas as disposições contidas na(s) respectiva(s) Convenção(ões) Coletiva(s) de Trabalho mencionada(s) no subitem 12.13 do edital.

8. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL, em decorrência do art. 18, § 5º-C da Lei Complementar nº 123/2006, não poderão participar do certame utilizando-se dos benefícios daquele regime tributário. Portanto, a participação das referidas empresas no certame, está condicionada à apresentação de planilha de composição de preços típica de empresas não optantes pelo regime de tributação única, e na contratação a empresa vencedora deverá comprovar sua EXCLUSÃO do SIMPLES NACIONAL.

ANEXO III DO EDITAL

MINUTA DE CONTRATO**SEI nº 0012386-78.2025.6.13.8000****Contrato nº/.... – TREMG**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS** E

.....

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Prudente de Moraes, 100, Cidade Jardim, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Rodolfo Francisco Castro Pacheco, de acordo com a delegação de competência contida no art. 2º, inciso V, da Portaria nº 98/2025 da Presidência deste Tribunal, publicada no DJE de 16/06/2025, e, a, CNPJ nº, com sede em/MG, na, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu, vêm ajustar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a prestação dos serviços de **motoristas**, com dedicação exclusiva de mão de obra, para condução de veículos automotores de até 7 (sete) lugares utilizados para transporte de pessoas e objetos em locais indicados pela CONTRATANTE, nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte e, ocasionalmente, colar metropolitano de Belo Horizonte, com observância dos Anexos do presente Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Durante a execução contratual, os postos de trabalho contratados iniciarão o expediente nas dependências da CONTRATANTE, conforme orientação da Seção de Transportes, nos seguintes locais:

- Centro de Apoio da CONTRATANTE, na Rua Flor de Trigo, n. 20/24, Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte/MG;
- Cartórios Eleitorais de Venda Nova, na Rua Padre Pedro Pinto, n. 4.946, 2º andar, Bairro Mantiqueira, Belo Horizonte/MG;
- Seção de Transportes da CONTRATANTE, na Avenida Prudente de Moraes, n.100, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte/MG;

- Cartórios Eleitorais de Belo Horizonte: Avenida do Contorno, nº 7.038 - Lourdes, Belo Horizonte/MG;
- Cartórios Eleitorais de Contagem: Avenida João de Deus Costa, nº 205 - "a" - 2º andar - Centro, Contagem/MG;
- Cartórios Eleitorais de Betim: Rua Santa Cruz, nº 402 - Loja 12 - Centro, Betim/MG;
- Edifício Acaiaca: Av. Afonso Pena, nº 867 - Centro, Belo Horizonte/MG;
- Edifício Mozart: Av. do Contorno, nº 7.526 - Lourdes, Belo Horizonte/MG.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS QUANTITATIVOS E DOS HORÁRIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A quantidade de motoristas será de 31 (trinta e um) profissionais, sendo escalonados da seguinte forma:

- 18 (dezoito) colaboradores no 1º (primeiro) dia de execução contratual até o 28º dia;
- mais 13 (treze) motoristas, no 29º dia de execução contratual até o termo do contrato.

Parágrafo Primeiro: No dia do início da prestação dos serviços, os motoristas alocados pela CONTRATADA deverão se apresentar à Seção de Transportes da CONTRATANTE, localizada no Anexo II - Centro de Apoio, na Rua Flor de Trigo, n. 20/24, Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte/MG.

Parágrafo Segundo: O início da prestação dos serviços será em 17/08/2026 com duração de 54 (cinquenta e quatro) dias, findando em 09/10/2026, caso ocorra apenas o 1º Turno das Eleições; em caso de ocorrência de 2º Turno das Eleições, a duração será de 82 (oitenta e dois) dias, findando em 06/11/2026, nos termos da tabela abaixo:

Distribuição de motoristas por período e unidades

GRUPOS	Quantidade de dias de execução	Período	Cartórios Eleitorais BH + Foro Eleitoral	Comissão de Propaganda	Cartórios de Betim	Cartórios de Contagem	SETRA - Seção de Transportes	TOTAL
--------	--------------------------------	---------	--	------------------------	--------------------	-----------------------	------------------------------	-------

Quantidade: (1º grupo no 1º turno)	28 dias	17/08/2026 a 13/09/2026	10	1	2	2	3	18
Quantidade (2º grupo, se <u>não</u> houver segundo turno da eleição)	26 dias	14/09/2026 a 09/10/2026	10+9	1	2	2	3+4	18+13
Quantidade (2º grupo, se <u>houver</u> segundo turno)	28 dias	10/10/2026 a 06/11/2026	19	1	2	2	7	31
TOTAL GERAL	82 dias							31

Parágrafo Terceiro: Deverão ser observados os respectivos Acordos Coletivos, Convenção Coletiva de Trabalho ou equivalente, bem como a legislação pertinente, inclusive no que toca ao intervalo para refeição e repouso, para todos os empregados alocados para a prestação dos serviços.

Parágrafo Quarto: Os horários de funcionamento dos postos de trabalho estarão compreendidos entre as 6 (seis) horas às 22 (vinte e duas) horas do dia, sendo que o início da jornada será determinada pelos próprios Cartórios Eleitorais e pela Seção de Transportes, conforme suas necessidades específicas.

Parágrafo Quinto: Excepcionalmente, em função da necessidade dos serviços, poderão ocorrer atividades noturnas entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do outro dia, para as quais os postos de trabalho farão jus ao adicional noturno pertinente.

Parágrafo Sexto: Para cada posto de trabalho, a jornada diária de trabalho será de **8h48min (oito horas e quarenta e oito minutos)**, de segunda a sexta feira, com intervalo de 1h (uma hora) para refeição e descanso, sendo que esse intervalo não será incluído na jornada de trabalho.

Parágrafo Sétimo: As horas extraordinárias, em regra, não serão autorizadas. **Excepcionalmente** poderão ser realizadas, desde que determinadas pela fiscalização, para atendimento a atividades imprescindíveis e inadiáveis pertinentes ao pleito. Todas as horas extraordinárias e adicionais (inclusive noturno) observarão estritamente a CCT vigente e somente serão devidas quando previamente autorizadas e comprovadas por meio de controles de frequência validados pela fiscalização.

Parágrafo Oitavo: Para as horas que excederem a jornada normal de trabalho (horas extras), em razão da necessidade dos serviços da CONTRATANTE, estima-se o seguinte quantitativo, referente a todos os postos de trabalho, a ser exaurido em, no máximo, 67 (sessenta e sete) sábados e dias de semana e 15 (quinze) domingos e feriados:

- Horas extras de segunda-feira a sábado: 950 (novecentas e cinquenta) horas;
- Horas extras aos domingos e feriados:1.200 (mil e duzentas) horas;
- Horas extras noturnas aos domingos: 20 (vinte) horas.

HORAS EXTRAS 2026 - ESTIMATIVA POR POSTO DE TRABALHO			
Horas extras	Quantidade estimada	Postos trabalho	de Horas extras por posto de trabalho (quantidades aproximadas)
100%	1200	31	39 horas
60%	950	31	31 horas

Noturna domingos)	(aos	20	31	1 hora
----------------------	------	----	----	--------

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, supervisionando a execução, por parte dos seus empregados, de todos os serviços descritos no Anexo I deste Contrato;
- II. Selecionar e preparar, rigorosamente, os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando indivíduos com funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, empregando, preferencialmente, mão de obra local, conforme art. 4º, inciso IV, do Decreto 7.746/2012;
- III. Manter quadro apto a cobrir ausências, férias, atestados e impedimentos, garantindo a continuidade dos serviços sem ônus adicional à CONTRATANTE;
- IV. Entregar à Seção de Transportes da CONTRATANTE, na apresentação dos empregados, os seguintes documentos: atestado de bons antecedentes, cópias e originais da Carteira de Habilitação, do registro em carteira, contrato de trabalho, ou declaração do empregador (em papel timbrado, com CNPJ, período trabalhado e descrição das funções/atividades exercidas) que comprove a experiência mínima de 06 (seis) meses como motorista habilitado na categoria "B" ou superior, e relação nominal contendo endereço e número do telefone;
- V. Arcar com as despesas decorrentes de infrações de trânsito de responsabilidade do motorista (multas etc.), nos termos do CTB – Código de Trânsito Brasileiro, ainda que exigíveis após o término do contrato, preferencialmente quitando-as de plano;
- VI. Arcar com os ônus decorrentes de danos patrimoniais ou pessoais, civis ou criminais, causados por seus empregados à CONTRATANTE e a terceiros;
- VII. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
- VIII. Contratar, sob sua inteira responsabilidade, os profissionais a serem alocados nos postos de trabalho;
- IX. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- X. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigências legais e da convenção coletiva de trabalho em vigor;
- XI. Gerir a marcação de ponto de seus empregados, usando, para tanto, o instrumento que melhor lhe convier e possibilitando à fiscalização da CONTRATANTE a verificação da documentação respectiva;

- XII. Indicar, formalmente, no momento da assinatura do contrato, preposto que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, de acordo a Lei nº 14.133/2021;
- XIII. Manter disciplina no local dos serviços, substituindo, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** após notificação da CONTRATANTE, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente - **esse prazo será reduzido em função do dia das Eleições, quando qualquer empregado considerado com conduta inconveniente deverá ser substituído no prazo máximo de 2 (duas) horas após notificação da CONTRATANTE**;
- XIV. Orientar seus empregados a manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato;
- XV. Informar à CONTRATANTE, no primeiro dia da prestação dos serviços, o número de telefone celular de cada motorista, a fim de que ele seja contatado para assuntos referentes às atividades que surgirem durante o expediente;
- XVI. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados aos veículos e a terceiros, devendo repará-los imediatamente após apurada a sua responsabilidade, dentro das normas legais vigentes;
- XVII. Substituir, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, o motorista que, por qualquer motivo, esteve impedido de dirigir;
- XVIII. Substituir, no **prazo máximo de 3 (três) horas** a contar da comunicação da CONTRATANTE, o empregado faltoso, a fim de evitar a descontinuidade da prestação dos serviços;
- XIX. Responsabilizar-se pelos atos praticados por seus empregados no exercício da condução dos veículos de propriedade ou serviço da CONTRATANTE;
- XX. Apresentar defesa prévia em recurso administrativo de multas de trânsito, caso previsto como obrigação na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria;
- XXI. Responsabilizar-se pelas despesas administrativas, fiscais e comerciais, de toda ordem, decorrentes da execução do Contrato, bem como as despesas de vestuário, salários e vantagens dos empregados e respectivos encargos e demandas fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários, cíveis ou penais, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que esses empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- XXII. Manter preposto facilmente contatável, capaz de resolver pendências que surgirem, efetuar substituição de empregado faltoso ou solucionar problemas pertinentes à prestação dos serviços;
- XXIII. Providenciar a participação de seu preposto em reuniões de planejamento, avaliação ou resolução de problemas específicos, com os gestores do Contrato, sempre que for convocado;
- XXIV. Arcar com os ônus decorrentes do uso indevido dos telefones, de danos patrimoniais ou pessoais causados por seus empregados, inclusive em relação a terceiros, nas dependências da CONTRATANTE;
- XXV. Apresentar, em original ou cópia, recibos de pagamento dos empregados prestadores dos serviços, devidamente assinados pelos mesmos, ou de comprovantes de depósito em conta bancária, aberta para esse fim em nome de cada empregado, conforme o art. 464, parágrafo único, da CLT, bem como comprovantes da quitação dos demais encargos trabalhistas;

- XXVI. Fornecer e manter atualizado o seu endereço postal e eletrônico, bem como o número de telefone/e-mail, para que a CONTRATANTE mantenha os contatos necessários;
- XXVII. Providenciar a regularização de pendências e/ou impropriedades ocorridas na prestação dos serviços, apontadas pelos servidores designados para fiscalizar a execução do Contrato, dentro do prazo estipulado pela comunicação escrita da CONTRATANTE;
- XVIII. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XXIX. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;
- XXX. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- XXXI. Entregar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a documentação comprobatória da quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, referentes aos empregados;
- XXII. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- XXIII. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o inciso anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XXIV. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021](#);
- XXXV. Instruir seus profissionais acerca da ciência e responsabilidade em relação ao código de ética instituído pela Resolução 1236/2022-TREMG;
- XXVI. Observar, na assinatura da Carteira de Trabalho, o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 29 da CLT, consignando, no documento, a data efetiva de início da prestação laboral
- XXVII. Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário, instituída e alterada, respectivamente, pelas Resoluções CNJ nº 255/2018 e 540/2023, sempre que possível, no que se refere à participação equânime de homens e mulheres na presente contratação, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, considerando cada função deste contrato, consoante dispõe o artigo 2º, inciso VI, parágrafos 1º, 2º e 7º da Resolução CNJ nº 540/2023;
- XVIII. Informar, mensalmente, os dados relativos a participação equânime de homens e mulheres na presente contratação, com perspectiva interseccional de raça e etnia, devendo comprovar tal informação mediante lista de empregados que preenchem tal requisito;
- XXIX. Destinar o mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas desta contratação exclusivamente para mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, observando-se os critérios descritos na Resolução CNJ nº 497 de 14 de abril de 2023, bem como

o acordo de Cooperação efetivado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), mantendo este percentual durante toda a vigência do contrato;

XL. Manter em sigilo a condição de vulnerabilidade das trabalhadoras alocadas para a prestação dos serviços.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE, a partir da assinatura deste instrumento, a fazer a retenção na fatura ou nota fiscal do valor do FGTS e o depósito direto nas respectivas contas vinculadas individuais dos trabalhadores da CONTRATADA, quando for o caso, observada a legislação específica.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE, a partir da assinatura deste instrumento, a fazer o desconto na fatura ou nota fiscal dos valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas e pagamento direto aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, quando for o caso, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA deverá, ao término da vigência deste contrato ou quando da substituição definitiva do seu empregado, apresentar o respectivo termo de rescisão de contrato de trabalho ou declaração da manutenção do vínculo trabalhista com a CONTRATADA.

Parágrafo Quarto: Até que a CONTRATADA comprove o disposto no parágrafo anterior, a CONTRATANTE deverá reter os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a CONTRATADA não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

Parágrafo Quinto: A CONTRATADA que seja optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá formalizar seu pedido de **exclusão do referido regime tributário junto à Receita Federal**, até o último dia útil do mês subsequente ao do início da vigência do contrato, nos termos do art. 30, §1º, II da Lei Complementar nº 123/2006.

Parágrafo Sexto: Na hipótese do parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá **comprovar sua exclusão, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis** após o término do prazo para comunicação à Receita Federal, sob pena de inadimplemento contratual e aplicação das penalidades cabíveis, bem como a comunicação direta àquele Órgão, por meio de ofício expedido pela CONTRATANTE.

Parágrafo Sétimo: Para cumprimento do disposto no inciso XXXIX desta Cláusula, deve-se destinar o percentual mínimo de 2,5% para mulheres vítimas de violência no contexto doméstico e familiar e o percentual mínimo de 1% a mulheres trans e travestis, atendendo ao disposto nos incisos II e III do parágrafo 2º do art. 3º da Resolução CNJ nº 497 de 14 de abril de 2023 e à recomendação da Gerência Nacional de Empregabilidade LGBTQIAPN+ do Ministério Público do Trabalho.

Parágrafo Oitavo: Para cumprimento do disposto no inciso XXXIX desta Cláusula, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), responsável pela política pública, fornecerá a relação de mulheres vítimas de violência doméstica que tenham autorizado expressamente a disponibilização de seus dados no programa "A Vez Delas", conforme Decreto Estadual nº 48.312/2021, para fins de participação dos processos seletivos das vagas de trabalho.

Parágrafo Nono: As vagas serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas.

Parágrafo Dez: A indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento do disposto no inciso XXXIX desta Cláusula, devendo comprovar tal indisponibilidade com certidões da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) e outras entidades que trabalham com o tema.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores(as) especialmente designados(as), na forma prevista na Lei nº 14.133/2021;
- II. Disponibilizar instalações sanitárias;
- III. Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto deste Contrato;
- IV. Avisar a CONTRATADA quando o empregado não comparecer para o trabalho, para que seja providenciada a substituição no prazo estabelecido no inciso XVIII da Cláusula Quarta;
- V. Notificar a CONTRATADA, por escrito, por meio de correio ou e-mail, a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, estabelecendo, quando for o caso, prazo para a sua regularização;
- VI. Realizar negociação contratual, por ocasião da prorrogação do contrato, para a redução ou exclusão de custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos ao longo do primeiro período de vigência da contratação, sob pena de não prorrogação da vigência do contrato;
- VII. Examinar as carteiras profissionais dos empregados colocados a seu serviço, no todo ou em parte, para comprovar o registro de função profissional;
- VIII. Registrar, em relatório, as deficiências porventura existentes na prestação dos serviços, encaminhando cópia do mesmo à CONTRATADA, para a correção das irregularidades apontadas no prazo prescrito.
- IX. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, no prazo de até 01 (um) mês, a contar da data de protocolo do requerimento, admitida a prorrogação, por igual período, ressalvados os requerimentos

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, conforme art. 123 da Lei 14.133/2021.

- X. Divulgar, no respectivo portal, de forma acessível e pública, a proporcionalidade de gênero, raça e etnia de que trata os itens XXXVII e XXXIX da Cláusula Quarta deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A CONTRATADA na condição de "Co-controladora" dos dados pessoais que tiver acesso em razão do presente Contrato, obriga-se, neste ato, a cumprir as regras estabelecidas na "LGPD" e as determinações abaixo:

Parágrafo Primeiro: Cumprir de forma integral com todas as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/18 (doravante denominada "LGPD"), assegurando que o tratamento de dados pessoais será compatível com as bases legais permitidas pela referida legislação, comprometendo-se a acompanhar eventuais alterações no teor da lei ou regulamentações complementares acerca do tema.

Parágrafo Segundo: Tratar os dados de forma transparente e com respeito aos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, respeitando todos os princípios previstos da ("LGPD").

Parágrafo Terceiro: Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que receber em razão do presente Contrato.

Parágrafo Quarto: Adotar as melhores práticas do mercado acerca da segurança da informação, além de implementar regras internas de governança, medidas técnicas, administrativas e organizacionais que garantam a inviolabilidade, confidencialidade, disponibilidade e integridades dos dados pessoais que estiverem sob sua responsabilidade.

Parágrafo Quinto: Disponibilizar à CONTRATANTE os dados e contatos do seu Encarregado de dados (DPO).

Parágrafo Sexto: Exigir de todos os seus empregados, parceiros, fornecedores, subcontratados e afins, que eventualmente compartilha dados pessoais oriundos do presente Contrato, que também adotem as mesmas regras de governança (técnicas e administrativas), de acordo com as disposições da "LGPD".

Parágrafo Sétimo: Disponibilizar aos titulares dos dados o contato e canal para recebimento de dúvidas e reclamações quanto aos direitos estabelecidos no art. 18 da "LGPD", devendo atender todas as solicitações dentro dos prazos legais.

Parágrafo Oitavo: Compromete-se a informar à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), os titulares dos dados e à CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ou outro prazo estabelecido pela ANPD, acerca de qualquer incidente envolvendo dados pessoais, incluindo, mas não se limitando a vazamento, destruição, perda, acesso não autorizado, alteração ou sequestro de dados, disponibilizando as informações contidas no § 1º do art. 48 da "LGPD".

Parágrafo Nono: A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável por indenizar e ressarcir a CONTRATANTE e/ou os titulares dos dados, por todo e qualquer prejuízo ocasionado em decorrência do descumprimento da "LGPD", ressalvado o direito de regresso pela CONTRATANTE, além de ser responsável pelo pagamento de eventuais multas administrativas decorrentes do descumprimento da "LGPD".

Parágrafo Dez: Eventual descumprimento aos termos da presente cláusula ou qualquer disposição prevista na "LGPD" autorizará a extinção imediata e de pleno direito do presente Contrato sem aplicação de qualquer multa ou penalidade para a CONTRATANTE e sem prejuízo da cobrança dos prejuízos eventualmente ocasionados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO DE UNIFORMES

Caberá à CONTRATADA providenciar para que seus empregados estejam rigorosamente identificados e uniformizados. Os motoristas ocupantes dos postos de trabalho deverão fazer uso de crachá de identificação pessoal com retrato atualizado e de uniformes, os quais devem ser padronizados e devem ter o nome da CONTRATADA gravado na camisa do uniforme.

Parágrafo Primeiro: Para cada posto de trabalho, a CONTRATADA deverá fornecer o uniforme composto de 2 (duas) calças, 3 (três) camisas sociais (manga curta e tecido de algodão), 1 (um) par de sapatos (modelo social) e 3 (três) pares de meia.

Parágrafo Segundo: Os uniformes deverão ser entregues, em sua totalidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após o início do contrato. Para comprovação do fornecimento dos uniformes, a CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE lista contendo a quantidade e descrição dos uniformes entregues, bem como recibo com assinatura do empregado alocado para a prestação dos serviços.

Parágrafo Terceiro: Sempre que preciso, a CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos após a notificação pela CONTRATANTE, qualquer peça do uniforme que apresentar defeito ou não tiver mais condições de ser utilizada, tendo

em vista a necessidade de boa apresentação pessoal dos empregados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

- I. A ocorrência de feriado, estabelecido exclusivamente pela CONTRATANTE, não implicará, necessariamente, interrupção dos serviços, reservando-se à CONTRATANTE o direito exclusivo de dispensar a prestação de serviços, mediante comunicação à CONTRATADA;
- II. O salário mensal a ser pago aos empregados alocados para o serviço não poderá ser inferior ao piso constante no respectivo Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho em vigor ou equivalente.
- III. Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos neste instrumento, caberá à CONTRATADA, **antes do término desses prazos**, solicitar a sua prorrogação, juntando documentos que comprovem a superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – DA CONTA VINCULADA

Os valores dos encargos trabalhistas, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, previstos no art. 3º da Resolução CNJ nº 651/2025, relativos aos empregados da CONTRATADA alocados para a prestação dos serviços, deverão ser mensalmente deduzidos do pagamento do valor mensal devido à CONTRATADA e depositados pela CONTRATANTE, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, aberta especificamente para este fim, no Banco do Brasil S.A., doravante denominado BANCO.

Parágrafo Primeiro: Serão objeto do depósito tratado no caput, os valores das seguintes rubricas:

- I – férias;
- II – 1/3 constitucional;
- III – 13º salário;
- IV – multa do FGTS por dispensa sem justa causa;
- V – incidência dos encargos previdenciários sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

Parágrafo Segundo: Além dos valores das rubricas especificadas no parágrafo primeiro, serão também objeto de retenção e depósito pela CONTRATANTE, os valores referentes às tarifas bancárias, para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada, nos valores estabelecidos na Tabela de Tarifas, afixadas nas agências do BANCO e disponível no endereço eletrônico na internet www.bb.com.br, na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Terceiro: Os valores dos depósitos de que trata o caput deste artigo, efetivados exclusivamente em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, em nome da CONTRATADA, somente poderão ser movimentados mediante autorização expressa da CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto: Os percentuais das provisões trabalhistas serão os mesmos indicados na tabela abaixo:

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS				
Item	Risco Acidente do Trabalho			SIMPLES
	1%	2%	3%	
GRUPO A	34,80	35,80	36,80	28,00
TÍTULO				
13º SALÁRIO	8,33	8,33	8,33	8,33
FÉRIAS	8,33	8,33	8,33	8,33
ABONO DE FÉRIAS	2,78	2,78	2,78	2,78
SUBTOTAL	19,44	19,44	19,44	19,44
INCIDÊNCIA GRUPO A	6,77	6,96	7,16	5,44
MULTA FGTS	3,44	3,44	3,44	3,44
A CONTINGENCIAR	29,65	29,84	30,04	28,32

Parágrafo Quinto: O valor de tarifa de manutenção da conta vinculada deverá ser descontado do pagamento mensal devido à CONTRATADA e depositado na referida conta vinculada, juntamente com os valores elencados no parágrafo primeiro, nos termos do parágrafo segundo.

Parágrafo Sexto: Ficará a cargo da CONTRATANTE solicitar ao BANCO a abertura da conta-depósito vinculada em nome da CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo: A CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA o cadastramento da conta-depósito vinculada, na forma do Anexo VIII do Acordo de Cooperação Técnica nº 25/2024, firmado entre a CONTRATANTE e o BANCO, encaminhando também àquela o documento do Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica nº 25/2024, para fins de autorização de movimentação.

Parágrafo Oitavo: A CONTRATADA deverá encaminhar ao BANCO a autorização do Anexo VI mencionada no parágrafo sétimo, o ato constitutivo da empresa, bem como os demais documentos necessários para proceder à abertura da conta, no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a comunicação formal da CONTRATANTE.

Parágrafo Nono: Os depósitos de que trata o caput desta Cláusula serão efetuados sem prejuízo das demais retenções legais.

Parágrafo Dez: Os recursos depositados na conta-depósito vinculada serão remunerados conforme índice de correção da poupança *pro rata die*.

Parágrafo Onze: A movimentação da conta vinculada será autorizada nas seguintes hipóteses:

- I - Pagamento direto aos empregados: quando a CONTRATANTE autorizar e solicitar ao BANCO a transferência dos valores diretamente para a conta dos empregados, para quitação de encargos trabalhistas vencidos;
- II - Resgate pela CONTRATADA: quando a CONTRATADA comprovar que já efetuou os pagamentos aos empregados e solicitar o reembolso correspondente.

Parágrafo Doze: Para resgatar os recursos da conta vinculada na hipótese do inciso II do parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá apresentar à unidade competente da CONTRATANTE os documentos comprobatórios do pagamento efetivo das verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos empregados alocados na execução deste contrato.

Parágrafo Treze: Após a conferência dos cálculos e verificação documentação aludida no parágrafo doze, será expedida a referida autorização, a qual deverá ser encaminhada, pelo setor competente da CONTRATANTE, ao BANCO onde tiver sido aberta a conta-depósito vinculada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos referidos documentos.

Parágrafo Quatorze: O BANCO deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os comprovantes de depósito realizados nas contas dos beneficiários.

Parágrafo Quinze: Durante a execução do contrato poderá ocorrer liberação dos valores da conta-depósito mediante autorização da CONTRATANTE, que deverá expedir ofício ao BANCO, conforme modelo constante no Anexo IV, do Acordo de Cooperação Técnica nº 25/2024.

Parágrafo Dezesseis: Nos casos de rescisão de contrato de trabalho de empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, a CONTRATANTE deverá requerer assistência do sindicato da categoria, quando exigível por norma coletiva, para verificar se os termos da rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

Parágrafo Dezessete: Caso a convenção coletiva ou o sindicato exijam o pagamento antes da homologação, a CONTRATADA poderá solicitar o resgate da conta vinculada para pagamento das verbas rescisórias, devendo apresentar à CONTRATANTE, na situação consignada no inciso II do Parágrafo Onze, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta-corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

CLÁUSULA DEZ – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato é de **4 (quatro) meses**, iniciando-se em (.....) de de (.....) e encerrando-se em (.....) de de (.....).

Parágrafo Primeiro: Em cada município (Belo Horizonte, Betim e Contagem), a execução contratual será de **82 (oitenta e dois) dias**, caso haja dois turnos de eleições. Havendo apenas um turno de eleições, a execução contratual será de **54 (cinquenta e quatro) dias**.

Parágrafo Segundo: Em obediência à determinação contida no Acórdão do TCU nº 1.186/2017 Plenário, em caso de repactuação do contrato, o percentual máximo da parcela de aviso prévio trabalhado será de 0,194%.

CLÁUSULA ONZE – DO VALOR

O valor total estimado do Contrato é de **R\$..... (.....)**, sendo:

- Valor mensal: R\$. (.....);
- Valor de horas extras: R\$. (.....).

Parágrafo Único: No caso de falta ou atraso sem substituição de prestador de serviço, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não trabalhadas (horas de serviço não prestado) acrescido dos respectivos encargos incidentes.

CLÁUSULA DOZE – DA RECOMPOSIÇÃO

Caso haja necessidade de **recomposição** dos valores contratados, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, será permitida a **repactuação**, e o **reajuste**, nos termos dos arts. 6º, LIX, 92, V, §§4º e 6º e 135 da Lei nº 14.133/2021, ou a **revisão**, conforme art. 124, II, do referido diploma legal.

Parágrafo Primeiro: Para fins de repactuação dos custos relativos à mão de obra, deverá ser observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do Acordo Coletivo, Convenção Coletiva ou equivalente que tenha servido para fundamentar a proposta na qual se baseia a contratação, devendo a CONTRATADA apresentar pedido fundamentado, juntamente com Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva devidamente **registrada** e planilha(s) de formação de preços, e, caso comprovado o direito à repactuação, os valores serão devidos a partir da data do fato que gerou o direito, observado ainda os termos do art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: Para fins de repactuação dos custos decorrentes do mercado (insumos e materiais) deverá ser observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da última repactuação, utilizando-se a variação do IPCA/IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo Terceiro: Na repactuação, os contratantes não se vincularão às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da CONTRATADA, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo Quarto: O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

Parágrafo Quinto: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

Parágrafo Sexto: O prazo máximo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de **até 60 dias**, contado da data do fornecimento, pela CONTRATADA, da documentação comprobatória completa e necessária da variação dos custos a serem repactuados.

Parágrafo Sétimo: Caso haja necessidade de revisão dos valores contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato para restabelecer a relação entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE pactuada inicialmente entre as partes, a CONTRATADA deverá comprovar a configuração da álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do art. 124, II, "d" da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Oitavo: Para fins do disposto no parágrafo anterior, será devida a revisão dos valores pela CONTRATANTE a partir da data da solicitação formal da CONTRATADA. Todavia, poderá haver a concessão de efeitos retroativos, desde que demonstrado inequivocamente que o motivo que deu ensejo à ruptura do equilíbrio econômico-financeiro contratual teve origem em data pretérita.

Parágrafo Nono: A CONTRATANTE responderá a eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 02 (dois) meses, contado da solicitação.

CLÁUSULA TREZE – DO PAGAMENTO

A CONTRATADA deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura, a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços e o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia a contar do recebimento do referido documento, por meio de ordem bancária, após o ateste da prestação dos serviços pelos(as) servidores(as) designados(as) pela CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: Durante a vigência do Contrato, a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN nº 05/2017 do MPOG, conforme Anexo II deste Contrato, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, podendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

Parágrafo Segundo: A utilização do Instrumento de Medição de Resultados não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Parágrafo Terceiro: Havendo controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a CONTRATADA será comunicada para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa, conforme [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), para efeito de liquidação e pagamento daquela parcela no prazo previsto no caput desta Cláusula.

Parágrafo Quarto: Será observada, para efeito de pagamento, em qualquer caso, a ordem cronológica estabelecida no art. 141, incisos I a IV da Lei nº 14.133/2021, podendo ser alterada, excepcionalmente, mediante justificativa, nos casos do parágrafo primeiro, incisos I ao V, daquele dispositivo legal.

Parágrafo Quinto: Em razão do recesso forense no âmbito desta Justiça Eleitoral, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei 5.010/66, o prazo para pagamento dos serviços prestados em dezembro será contado a partir de 07 (sete) de janeiro ou do primeiro dia útil subsequente, caso a referida data não seja dia útil.

Parágrafo Sexto: Em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa RFB n.º 2110, de 19/10/2022, a CONTRATANTE reterá, mensalmente, 11% (onze por cento) do valor bruto dos serviços contidos na Nota Fiscal/Fatura, e recolherá a importância retida em nome da CONTRATADA, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Sétimo: CNPJ constante da Nota Fiscal/Fatura deverá ser o mesmo indicado na Proposta apresentada pela CONTRATADA e da Nota de Empenho emitida pela CONTRATANTE, sob pena de não ser efetuado o pagamento, salvo em caso de matriz e filial.

Parágrafo Oitavo: O valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, com as alterações posteriores.

Parágrafo Nono: Somente serão aceitas Notas Fiscais/Faturas corretamente preenchidas e sem rasuras.

Parágrafo Dez: Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, observar-se-á o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, e na legislação municipal aplicável.

Parágrafo Onze: Os pagamentos serão realizados mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Parágrafo Doze: Considerar-se-á como a data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária a favor da CONTRATADA.

Parágrafo Treze: O pagamento da Nota Fiscal/Fatura poderá ser retido no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS até a sua regularização, salvo na hipótese de determinação judicial, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Parágrafo Quatorze: Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA QUATORZE – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste instrumento correrão à conta de dotação orçamentária na seguinte classificação:

.....

Parágrafo Único: Será(ão) emitida(s) Nota(s) de Empenho para atender às despesas deste instrumento.

CLÁUSULA QUINZE – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Contrato é celebrado com base na licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico nº, **homologado pela Diretoria Geral da CONTRATANTE**, nos autos do Processo nº 0012386-78.2025.6.13.8000, sujeitando-se os contratantes às

normas da Lei nº 14.133/21 e do Decreto nº 9.507/2018.

Parágrafo Único: Integram o presente Contrato o Termo de Referência, a proposta da CONTRATADA e todos os atos e termos referentes ao processo da contratação..

CLÁUSULA DEZESSEIS – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA DEZESSETE – DAS PENALIDADES

O descumprimento das cláusulas deste Contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021, observados os termos dispostos nesta Cláusula.

Parágrafo Primeiro: Em caso de descumprimento de qualquer prazo estabelecido **em dias** neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso injustificado, até o período máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual será cobrada multa no montante de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de descumprimento de qualquer prazo estabelecido **em horas** neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do Contrato, por hora de atraso injustificado, até o limite de 7% (sete por cento) sobre o valor do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Terceiro: O inadimplemento total do objeto do contrato acarretará à CONTRATADA multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Quarto: O inadimplemento parcial do objeto do contrato acarretará à CONTRATADA multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Quinto: A desídia na regularização dos serviços poderá ensejar, a critério da CONTRATANTE, a extinção do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Sexto: Caso a CONTRATADA não comprove o pagamento das verbas trabalhistas e rescisórias em até 30 (trinta) dias contados do final da contratação, ficará sujeita à multa compensatória equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

Parágrafo Sétimo: Se o valor da multa for comprovadamente menor do que o prejuízo sofrido com o inadimplemento, poderá ser exigida indenização suplementar.

Parágrafo Oitavo : Configurada infração injustificada a qualquer outra obrigação prevista neste instrumento, fica a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor anual do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Nono: Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela CONTRATANTE decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

Parágrafo Dez: Quando inviáveis ou insuficientes as compensações previstas no parágrafo anterior, a CONTRATADA será intimada a recolher o valor restante ou integral da multa apurada, no prazo de 30(trinta) dias corridos, a contar da intimação, sob pena de cobrança judicial, nos termos do art. 156, §8º, da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Onze: O não pagamento da multa poderá ensejar a aplicação de penalidade mais gravosa à CONTRATADA.

Parágrafo Doze: Será considerado como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, a não assinatura da CTPS ou sua assinatura fora do prazo legalmente estabelecido, ou, ainda, a consignação, no referido documento, de data diversa daquela em que foi iniciada a prestação de serviços, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à extinção do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 156, §4º da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Treze: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Quatorze: Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela CONTRATADA no SICAF.

Parágrafo Quinze: Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da CONTRATADA, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Parágrafo Dezesseis: As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Parágrafo Dezessete: O período de atraso será contado em horas e dias corridos, excluindo-se, no último caso, o dia do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação e incluindo-se o dia de seu efetivo adimplemento.

CLÁUSULA DEZOITO – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurará à CONTRATANTE o direito de instaurar procedimento administrativo com vistas à extinção do Contrato, numa das formas previstas no art. 138 e com as consequências do art. 139 do mesmo diploma legal.

Parágrafo Primeiro: O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, a não assinatura da CTPS ou sua assinatura fora do prazo legalmente estabelecido, ou, ainda, a consignação, no referido documento, de data diversa daquela em que foi iniciada a prestação de serviços, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Segundo: Constitui motivo para extinção do contrato, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei 14.133/2021, com a consequente realização de novo processo licitatório, se for o caso, a situação que se impõe à CONTRATADA a alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulta a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Pública, em cumprimento de decisão judicial.

Parágrafo Terceiro: Outras hipóteses de extinção do contrato estão apontadas nas Cláusulas Sexta, Dezessete e Dezenove deste instrumento.

CLÁUSULA DEZENOVE- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I. Conforme dispõem a Constituição Federal em seu art. 195, §3º, e a Lei nº. 9.012/1995 no art. 2º, que exigem a inexistência de débito relativo às contribuições sociais para que se contrate com o Poder Público, a CONTRATADA comprovará a sua regularidade, mediante apresentação da **Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014), e do **Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS**, bem como das outras certidões apresentadas na licitação, em original ou cópia autenticada, quando não for possível confirmar a autenticidade das mesmas nos sítios oficiais dos respectivos órgãos na internet, como condição necessária para esta contratação, mantendo essa documentação sempre atualizada na vigência do presente instrumento.
- II. A prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho deverá, igualmente, ser comprovada mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, que inseriu o Título VII-A na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- III. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação do Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar **empregados** que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados à CONTRATANTE, nos termos do art. 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.
- IV. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus **sócios**, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, em observância à Resolução CNJ nº 7/2005.
- V. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus **empregados** colocados à disposição do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, da Resolução nº 156, de 8/8/2012, do Conselho Nacional de Justiça.
- VI. É vedada a contratação, durante a vigência do contrato, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, **de dirigente da CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato**, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021](#);
- VII. O modelo de Gestão deste contrato encontra-se no Termo de Referência, parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.
- VIII. Todas as alterações no ato constitutivo da CONTRATADA deverão ser comunicadas imediatamente à CONTRATANTE.
- IX. Todas as ordens de serviço, notificações e entendimentos entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas ocasiões próprias, não sendo aceitos quaisquer entendimentos verbais.

- X. A CONTRATADA se obriga a utilizar de forma privativa e confidencial os documentos fornecidos pela CONTRATANTE para a execução dos serviços.
- XI. É vedada a subcontratação total ou parcial da prestação dos serviços.
- XII. A medição do serviço contratado observará, para efeito de pagamento, o quantitativo de horas trabalhadas, atentando-se para a previsão contida na Cláusula Terceira.
- XIII. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e demais preceitos de direito público, outras normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, as normas e princípios gerais dos contratos.
- XIV. Observada a limitação do §1º do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não se mostra vantajoso.

CLÁUSULA VINTE – DO FORO

Por força do disposto no art. 109, inciso I, da Constituição Federal e no art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente instrumento.

E, por estarem assim ajustadas e contratadas, assinam as partes este Contrato de forma eletrônica.

Belo Horizonte,

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
Rodolfo Francisco Castro Pacheco
Diretor-Geral

EMPRESA CONTRATADA

.....

ANEXO I DO CONTRATO

1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

Principais atividades a serem realizadas pelos colaboradores:

- 1.1. Condução de autoridades da CONTRATANTE ;
- 1.2. Condução de servidores e pessoal a serviço da CONTRATANTE;
- 1.3. Transporte de bens e materiais de uso da Administração da CONTRATANTE.

2. DAS OBRIGAÇÕES DOS COLABORADORES

- 2.1. Preencher corretamente os formulários de movimentação dos veículos (Guia de Circulação de Veículos - GCV e outros) que serão fornecidos pela Seção de Transportes da CONTRATANTE;
- 2.2. Seguir às ordens de serviço expedidas pelos Chefes de Cartório, de Seção, Comissão ou da unidade designada, quando não manifestamente ilegais ou contrárias às regras de circulação de trânsito;
- 2.3. Reportar-se à Seção de Transportes da CONTRATANTE sempre que for necessário à correta execução dos serviços;
- 2.4. Seguir as normas internas da CONTRATANTE, as regras de direção defensiva e as normas previstas na legislação de trânsito;
- 2.5. Zelar pela limpeza e conservação dos veículos, informando à Seção de Transportes da CONTRATANTE as anomalias apresentadas pelo veículo durante a sua utilização;
- 2.6. Executar as demais atividades pertinentes à função de motorista;
- 2.7. Seguir as emanações referentes à Sustentabilidade e correlatas.

3. DOS POSTOS DE TRABALHO

- 3.1. Os postos de trabalho serão ocupados por motoristas que devem estar regularmente habilitados por órgão de trânsito competente a conduzirem veículos automotores e devem ter Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida na categoria "B" ou superior.
- 3.2. Os motoristas devem ter, no mínimo, 6 (seis) meses de experiência profissional em condução de veículos automotores compatível com CNH na categoria "B," ou superior, a ser comprovada por meio de registro em carteira de trabalho, contrato de trabalho ou

declaração do empregador (em papel timbrado, com indicação do CNPJ, período trabalhado e descrição das funções exercidas), além de estarem em situação regular perante o **órgão executivo de trânsito competente**, sem vinculação a Unidade Federativa específica.

4. DO SISTEMA DE REGISTRO DE FREQUÊNCIA BIOMÉTRICO

4.1. Sugere-se a implantação de sistema de registro de ponto eletrônico e/ou biométrico, para controle da frequência dos colaboradores cujo lançamento poderia ser efetuado via Smartphone - exemplo: aplicativo "Nexti";

4.2. Caso haja adoção, o sistema deverá registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos profissionais alocados para a execução dos serviços contratados;

4.3. Para fins de atestação dos serviços pela fiscalização, a CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE acesso ao sistema de controle de frequência, por meio de relatórios periódicos de frequência dos empregados, no início de cada mês (até o 5º dia útil), referentes ao mês imediatamente anterior;

4.4. O sistema eletrônico deverá permitir o registro dos horários de início, intervalo e término da jornada de trabalho nas dependências da CONTRATANTE;

4.5. A adoção do sistema eletrônico de controle não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na execução dos serviços.

5. DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

5.1. Notificações de autuação

5.1.1. A CONTRATADA é responsável pelos atos de seus empregados, devendo ressarcir integralmente o CONTRATANTE por multas de trânsito impostas por fatos ocorridos durante a execução do contrato, inclusive correção, juros e despesas decorrentes, independentemente de terem sido exigidas durante ou após a vigência contratual.

5.1.2. Na ocorrência de infração de trânsito a CONTRATANTE enviará à CONTRATADA, por e-mail ou outra forma inequívoca, a notificação de autuação de penalidade referente à respectiva infração e o nome do motorista responsável pela infração.

5.1.3. Caberá à CONTRATADA providenciar preenchimento FICI- Formulário de Indicação do Condutor Infrator constante da notificação de autuação de penalidade, colher a assinatura do condutor responsável pela infração e devolvê-lo à CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

5.1.4. Não havendo a devolução do FICI, devidamente preenchido e assinado pelo condutor, dentro do prazo acima estabelecido, fica a CONTRATANTE isenta de qualquer responsabilidade quanto ao pagamento da infração de penalidade de multa aplicada pela não identificação do condutor infrator junto ao órgão autuador, recaindo sobre a CONTRATADA tal obrigação.

5.1.5. A CONTRATADA responderá integralmente pelos prejuízos causados à CONTRATANTE, e a terceiros, em razão de omissão, negligência, atraso ou falha na indicação do condutor infrator ao órgão autuador, interposição de recursos, acompanhamento processual ou pagamento de multas, inclusive quando tais falhas resultarem em restrições administrativas ao veículo, perda de descontos legais, impedimentos, incidência de acréscimos ou prejuízo à execução do serviço público.

5.2. Notificações de penalidade de multa

5.2.1. As notificações de penalidade de multa recebidas pela CONTRATANTE serão enviadas à CONTRATADA, via e-mail, para ciência da necessidade de sua quitação.

5.2.2. Poderá a CONTRATADA optar pelo pagamento imediato da multa, caso prefira, diretamente ou por intermédio de seu colaborador, hipótese em que deverá manifestar sua intenção formalmente, incluindo declaração de que declina do seu direito de recurso, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar do envio da referida notificação pela CONTRATANTE.

5.2.3. Realizada a quitação imediata, a CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, o respectivo comprovante de pagamento.

5.2.4. Não optando a CONTRATADA pela quitação imediata, o pagamento da multa somente será efetuado após o esgotamento da via administrativa ou nas hipóteses excepcionais previstas neste instrumento.

5.2.5. A interposição de recurso administrativo tempestivo suspende a exigibilidade da penalidade de multa junto ao órgão de trânsito, razão pela qual, enquanto pendente de julgamento, não haverá obrigação de pagamento.

5.2.6. Excepcionalmente, caso a manutenção da multa pendente de julgamento possa gerar restrições administrativas ao veículo, outro óbice relevante à execução contratual ou prejuízo à continuidade do serviço público, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento da multa em caráter provisório e cautelar, sem reconhecimento de responsabilidade.

5.2.7. O pagamento realizado pela CONTRATANTE, nos termos do subitem anterior não implica reconhecimento de culpa, nem renúncia a direitos, nem novação da obrigação, preservando-se integralmente o direito de regresso contra a CONTRATADA, condicionado ao resultado final do processo/recurso administrativo.

5.2.8. No caso de indeferimento definitivo do recurso administrativo, a CONTRATADA ficará obrigada a ressarcir integralmente a CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da ciência da decisão final.

5.2.8.1. O ressarcimento abrangerá, além do valor principal, correção monetária, juros legais, taxas administrativas, custos bancários e quaisquer despesas suportadas pela CONTRATANTE em razão do pagamento cautelar ou da manutenção da multa.

5.2.9. Para tanto, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor devido, por meio de GRU ou instrumento equivalente, no prazo acima.

5.2.10. No caso de deferimento do recurso administrativo, a CONTRATADA deverá comprovar a extinção da penalidade e, se houver pagamento provisório pela CONTRATANTE, adotar as providências necessárias à restituição ou compensação do valor pago.

5.2.11. O não recolhimento no prazo ensejará a adoção das medidas administrativas e legais cabíveis.

5.2.12. A observância dos prazos para quitação das multas com desconto e sem aplicação de acréscimos será de responsabilidade da CONTRATADA, ficando ao seu encargo o pagamento destes, caso seja apurada sua responsabilidade quanto à perda dos prazos estabelecidos pelo órgão de trânsito.

5.2.13. As disposições destes subitens não implicam solidariedade entre CONTRATANTE e CONTRATADA perante terceiros, reconhecendo as partes que toda e qualquer infração de trânsito decorrente da condução dos veículos é de responsabilidade exclusiva da

CONTRATADA, assegurado à CONTRATANTE o pleno direito de ressarcimento e regresso.

5.3. Recursos administrativos das multas de trânsito

5.3.1. Caso seja de interesse da CONTRATADA ou do colaborador, poderá ser interposto recurso das multas de trânsito na Junta Administrativa de Recursos de Infrações do órgão autuador, observados os prazos e normas que regem a matéria.

5.3.2. Será de responsabilidade da CONTRATADA providenciar toda documentação necessária e dar entrada do recurso junto ao órgão de trânsito, bem como arcar com qualquer custo que porventura exista para a efetivação da interposição do referido recurso.

5.3.4. A CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE documento comprobatório da interposição de recurso, bem como da suspensão da multa junto ao DETRAN-MG.

5.3.5. Nos casos onde houver indeferimento da defesa pelo órgão julgador, fica a CONTRATADA obrigada a realizar o pagamento da multa de trânsito no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de publicação da decisão.

5.3.6. Nos casos em que houver êxito da defesa, a CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE cópia do resultado do recurso e comprovante da extinção da multa junto ao DETRAN-MG, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de publicação da decisão do órgão julgador.

5.3.7. A interposição de recurso administrativo suspende a exigibilidade da penalidade de multa, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo resultado final do processo administrativo e pelo pagamento da multa, caso o recurso não seja provido.

5.3.8. Encerrada a vigência contratual enquanto pendente o julgamento de recurso administrativo, a CONTRATADA continuará responsável por acompanhar o processo, comunicar o resultado à CONTRATANTE e adotar as providências necessárias à quitação ou extinção da multa.

5.3.9. Na hipótese de a multa vir a ser definitivamente mantida após o término do contrato, o valor devido poderá ser objeto de cobrança administrativa, compensação, ou cobrança judicial, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.3.10. A CONTRATADA reconhece, para todos os fins, que as obrigações relativas a infrações de trânsito possuem natureza pós-contratual e subsistem independentemente do término da vigência do contrato.

6. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A CONTRATADA deverá:

6.1. Adotar práticas de condução racional, orientando os empregados a evitar acelerações e frenagens bruscas, reduzir o tempo de marcha-lenta sempre que possível, desligar o veículo em períodos prolongados de espera e observar limites de velocidade, a fim de contribuir para menor emissão de gases poluentes e consumo mais eficiente de combustível;

6.2. Colaborar com ações da CONTRATANTE voltadas à redução de consumo de energia, água e insumos, especialmente no interior das dependências administrativas onde os motoristas iniciem ou encerrem suas atividades, estimulando práticas de uso consciente e evitando desperdícios;

6.3. Observar as rotinas previstas no Programa de Coleta Seletiva da CONTRATANTE, orientando os empregados a realizar o descarte adequado de resíduos sólidos, bem como a manter a limpeza dos ambientes onde aguardarem ordens de serviço;

6.4. Utilizar uniformes confeccionados preferencialmente com tecidos de menor impacto ambiental (por exemplo, fibras com percentual de material reciclado ou algodão de cultivo sustentável), desde que disponíveis no mercado a preço compatível;

6.5. Garantir o uso responsável dos veículos, comunicando imediatamente à CONTRATANTE qualquer anomalia identificada pelos motoristas (ruídos incomuns, sinais de falha, luzes de advertência no painel, pneus descalibrados etc.), colaborando para manutenção preventiva e evitando riscos operacionais e ambientais;

6.6. Orientar os empregados a respeitar as normas de higiene, saúde e segurança, especialmente no que concerne ao uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual eventualmente exigidos, à limpeza dos veículos utilizados e ao cumprimento das normas internas da CONTRATANTE;

6.7. Informar aos empregados as diretrizes institucionais de responsabilidade socioambiental, reforçando a importância do consumo consciente de combustível, da redução de desperdícios em geral e da observância das medidas ambientais adotadas pela CONTRATANTE;

6.8. Sempre que os motoristas realizarem atividades em dependências da CONTRATANTE durante o período noturno, orientá-los a manter acesas apenas as luzes estritamente necessárias, contribuindo para a redução do consumo energético.

6.9. Orientar condutores para abastecimento, sempre que possível, por combustíveis renováveis (etanol).

Além dos procedimentos especificados acima, os prestadores de serviços deverão ser instruídos a observar:

- a) Regras de cordialidade e segurança no trato com os(as) servidores(as) da CONTRATANTE, com os demais empregados terceirizados(as) que prestam serviço no local e com o público externo;*
- b) O uso alinhado do uniforme, bem como a boa apresentação pessoal;*
- c) O uso do telefone a serviço, evitando o uso particular, que deverá ser ressarcido se ocorrer;*
- d) O zelo com todo o mobiliário, equipamento e materiais presentes nas dependências da CONTRATANTE;*
- e) Todas as instruções de segurança vigentes nas dependências da CONTRATANTE;*
- f) O zelo com a segurança interna dos(as) servidores(as) da CONTRATANTE, bem como de seu patrimônio, naquilo que for pertinente à prestação dos serviços.*

ANEXO II DO CONTRATO

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

1 - A verificação da qualidade da prestação do serviço será realizada com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) por meio do Relatório de AVALIAÇÃO MENSAL PARA EFEITO DE PAGAMENTO (Tabela IV).

2 - A CONTRATANTE irá monitorar constantemente os serviços, visando evitar a perda no nível de qualidade, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções contratuais e legais, quando verificar desconformidade contínua na prestação do serviço.

3 - A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

4 - Ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados esperados, em sua totalidade ou não executar, com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas.

5 - A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração dos seguintes aspectos:

I - verificação dos prazos de execução.

II - cumprimento de exigências contratuais.

6 - Os serviços serão constantemente avaliados pelos fiscais do contrato, que relatarão, mensalmente, as eventuais irregularidades, conforme consta na sequência:

6.1 - O Fiscal Requisitante do contrato promoverá a tabulação das ocorrências, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser aplicado ao preço mensal dos serviços.

6.2 - Terminado o mês de prestação dos serviços, o Fiscal Requisitante enviará à CONTRATADA, por *e-mail*, até o dia 5 (cinco) do mês seguinte, as Tabelas II e IV (FATORES DE AVALIAÇÃO e a AVALIAÇÃO MENSAL PARA EFEITO DE PAGAMENTO).

6.2.1 - O Fiscal Requisitante, sempre que necessário, poderá contar com o auxílio do Fiscal Técnico para avaliação das eventuais irregularidades.

6.3 - A CONTRATADA deverá acusar o recebimento do *e-mail* e poderá apresentar justificativa dos pontos apontados no relatório, no prazo de 5 (cinco) dias, a qual será aceita, somente se comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

6.4 - Havendo recusa da justificativa apresentada, a CONTRATADA poderá apresentar impugnação, no mesmo prazo acima, a qual será submetida à análise do Gestor do Contrato.

6.5 - Caso o resultado da avaliação da impugnação seja desfavorável à CONTRATADA, o desconto será efetivado no mês subsequente.

7- A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, e em documento contemporâneo à sua ocorrência.

8 - A justificativa deverá vir acompanhada de pedido de prorrogação do respectivo prazo, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho a vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições da contratação, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração.

9 - O pedido de prorrogação dos prazos previstos nos itens 7 e 8 deverá ser efetuado **antes do término desses prazos**.

Tabela I - INDICADORES

INDICADOR 1

QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Item	Descrição
Finalidade	Garantir a qualidade na prestação dos serviços de condução de veículos automotores nas unidades da CONTRATANTE, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência e no Contrato.
Meta a Cumprir	100% dos serviços executados com qualidade.
Instrumento de Medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo abaixo indicado.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das atividades da execução dos serviços, registrando as ocorrências nas planilhas de controle.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	O número de ocorrências no mês refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou, a glosa, pelo não atingimento.
Início de Vigência	A partir da data da assinatura do contrato.
Faixa de ajuste no pagamento.	0 a 3 ocorrências= 100% da meta = recebimento 100% da fatura; 4 a 6 ocorrências= 98% da meta = recebimento 98% da fatura; 7 a 9 ocorrências= 95% da meta = recebimento de 95% da fatura; 10 a 12 ocorrências= 90% da meta = recebimento 90% da fatura.
Sanção	Em caso de 13 (treze) ocorrências ou mais, poderão aplicadas as sanções administrativas previstas no instrumento contratual, sem prejuízo do desconto de 10% sobre a nota fiscal.

Tabela II – FATORES DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO MENSAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS NO MÊS (REGISTRAR DATA DO FATO E BREVE RELATO DO OCORRIDO)
1	Conduzir os veículos de forma inadequada e insegura, como, por exemplo, ultrapassar a velocidade máxima permitida para o local.	
2	Desrespeitar os horários programados e as ordens do contratante durante o transporte de pessoas e objetos.	
3	Não preencher ou não devolver as guias de circulação do veículo fornecidas pelo contratante.	
4	Não providenciar a identificação e os uniformes dos motoristas.	
5	Não substituir, dentro do prazo contratual, o empregado faltoso ou que estiver impedido de dirigir.	
6	Não zelar pelas condições normais de uso do veículo, como a calibragem dos pneus e a verificação de avarias/anomalias no casco do veículo.	
7	Utilizar aparelho de celular ou similar, quando estiver conduzindo o veículo na via de trânsito. (permitido o uso de aplicativos de navegação, como o Waze e o Google Maps)	
TOTAL	-	

TABELA III – AJUSTES NO PAGAMENTO

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS NO MÊS (B)	FAIXA IMR ATINGIMENTO DA META (C)	PERCENTUAL DA GLOSA % (D) (100 - C)
0 a 3	100%	0%
4 a 6	98%	2%
7 a 9	95%	5%
10 a12	90%	10%
13 ou mais, por local de prestação de serviço.	90% Sanções contratuais +	10% Sanções contratuais +

Tabela IV - AVALIAÇÃO MENSAL PARA EFEITO DE PAGAMENTO

PROCESSO	
NÚMERO DO CONTRATO	
SÍNTESE DO OBJETO	
VIGÊNCIA	

VALOR MENSAL DO CONTRATO (A)	
PERÍODO DE APURAÇÃO	
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (B)	
VALOR DA GLOSA (E) (D x A)	
VALOR A SER RECEBIDO PELA CONTRATADA (F) (A - E)	

A – Valor mensal do contrato: R\$

B - Número de ocorrências:

C – Faixa do IMR:

D – Percentual de glosa:

E – Valor glosado: R\$

F - Valor a ser recebido pela CONTRATADA (A-E): R\$